ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA

UMA EXPERIÊNCIA POLÍTICA

ÁTICA
LISBOA

ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA

UMA EXPERIÊNCIA POLÍTICA

EDIÇÕES ÁTICA
LISBOA

© 1982, by ÁTICA, S. A. R. L. Lisboa
Direitos reservados para todos os países, de reprodução no todo ou em parte, nos termos da legislação em vigor

Composto e impresso nas oficinas Gráficas da Tipografia Macarlo, Lda. - R. Jorge Afonso, 10-A - Tel. 76 54 00 - Lisboa

Acabou de imprimir-se em Julho de 1982

Publicam-se duas entrevistas ao Diário de Notícias *e uma a* O Jornal *— com os agradecimentos a estas entidades — e as duas únicas intervenções escritas que fiz ao longo da minha gestão no Ministério dos Negócios Estrangeiros.*

De certo modo a primeira entrevista e a alocução de 7 de Junho de 1982 marcam o início e o fim de uma experiência sobre a qual uma reflexão mais ponderada ficará para mais tarde. A experiência foi curta e terminada a meu pedido porque, porque vaidoso, me não satisfaziam os sinais exteriores do poder.

Do que se fez, outros poderão ajuizar sem a benevolência que, como todos, uso para comigo próprio.

Julho de 1982.

André Gonçalves Pereira

I

RESULTADOS DE LEGISLATIVAS E PRESIDENCIAIS NÃO SÃO CONTRADITÓRIOS(*)

Na primeira entrevista que concedeu na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros, o prof. Gonçalves Pereira, para além de analisar as principais questões relativas à política externa portuguesa, afirma que «o povo entendeu que o Governo da Aliança Democrática deveria poder governar plenamente sob a presidência do general Ramalho Eanes».

M. Bettencourt Resendes

André Gonçalves Pereira, professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, é um dos estreantes do Governo de Francisco Balsemão. Ao primeiro-ministro ligam-no, aliás, laços de amizade, «mas não foi

(*) *Diário de Notícias* de 20 de Janeiro de 1981.

exclusivamente por isso que aceitou o cargo». Revela, a propósito, que, em 1969, Marcelo Caetano, a quem também lhe ligavam laços de amizade, «embora de natureza diferente», convidou-o para suceder a Franco Nogueira nos Negócios Estrangeiros. Explica porque recusou: «No contexto de 1969, não me pareceu possível, devido às linhas gerais da política então prosseguida, aceitar um lugar desta natureza.»

André Gonçalves Pereira diz adoptar uma visão do mundo «próxima da social-democracia» e afirma-se «identificado com o programa do Governo» e «próximo da Aliança Democrática». A sua predilecção pela pontualidade mereceu já um destaque do *«DN»*, aquando do debate parlamentar do programa do Governo. Por sinal, o atraso, de sete minutos, com que nos recebeu, foi objecto de um circunstanciado pedido de desculpas.

Este perito em Direito Internacional, de 44 anos de idade, de trato afável e comunicativo, diz «não se sentir vocacionado, a longo prazo, para a política», onde é «caloiro». «Às vezes tenho a impressão de me estarem a fazer um exame», diz Gonçalves Pereira, mas acrescenta que, tal como para outros exames, também para este «não veio em branco».

Talvez por isso fui prudente a propósito de algumas questões mais polémicas. De reter, todavia, para além das considerações sobre política externa, o comentário ao significado dos resultados das eleições de 5 de Outubro e de 7 de Dezembro.

«DN» — Quais vão ser, fundamentalmente, as diferenças entre aquele que foi o Ministério dos Negócios

Estrangeiros de Diogo Freitas do Amaral e aquele que vai ser o Ministério dos Negócios Estrangeiros de André Gonçalves Pereira?

GP — Eu suponho que os Ministérios não pertencem às pessoas mas ao Estado. Não me parece portanto que haja uma viragem de posições fundamentais quanto às linhas de força da política externa. Aliás, o programa do Governo, neste ponto, pouco se afasta do anterior. Isso foi vincado na discussão parlamentar do programa de política externa do Governo.

Mas há dois elementos que, em resposta à sua pergunta, talvez valha a pena mencionar. Primeiro, verificou-se um agravamento das tensões internacionais, que tornam ainda mais difícil a coexistência entre os vários países e que afectam naturalmente os pequenos países como Portugal. Por outro lado, todas as pessoas têm estilos diferentes de actuação. O prof. Freitas do Amaral foi um grande ministro dos Negócios Estrangeiros, dentro do estilo de actuação que lhe é próprio. Eu serei o ministro dos Estrangeiros que puder ser, dentro do estilo e das modalidades que me são próprias. Haverá certamente diferenças no estilo de actuação, mais do que nas grandes linhas da política.

«DN» — Quais lhe parecem ser as linhas fundamentais do seu estilo de exercer o cargo?

GP — É difícil dizê-lo a quinze dias de vista. Estou numa fase preliminar, de estudo dos problemas, mas a minha tentativa será dupla. Sem me alhear dos grandes problemas da política externa, que este ano têm

um papel de importância particularmente grande, tenciono fazer, na medida do possível, com as restrições orçamentais que este ano vamos ter, um esforço para melhorar a actuação dos serviços e a situação dos funcionários do Ministério.

Este Ministério tem sido uma vítima da macrocefalia do Estado, que se deu nomeadamente de 1975 para cá. Ou seja: a máquina do Estado, directamente ou através das empresas públicas, aumentou desmedidamente. Isso não sucedeu com este Ministério. Em 1974 nós tínhamos cerca de 50 missões, hoje temos 111 e mais teremos durante este ano. Ora, o Ministério não pode aumentar os seus quadros e, inclusivamente, é vítima do rigor orçamental que este ano se impõe.

O Ministério, os funcionários do Ministério, estão portanto a pagar, juntamente com todos os outros, a conta das extravagâncias que o orçamento do Estado se permitiu durante os anos do período revolucionário. Não contribuímos quase nada para essa macrocefalia, mas é evidente que nas limitações, na política de austeridade que o Governo tem de seguir, se engloba também este Ministério.

Dentro destes limites, eu tentarei fazer o possível para que as condições de trabalho, a eficiência do trabalho deste Ministério, sejam melhoradas. E devo dizer-lhe com satisfação que há elementos positivos a esse respeito, quanto à qualidade e à dedicação dos funcionários, que tenho muito gosto em salientar.

«DN» — Disse que não havia diferenças de fundo entre a política externa deste Governo e a do anterior. Supõe-se, portanto, que uma das grandes prioridades

se mantém, que é a questão da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia. No entanto, existe neste Governo, um Ministério que não existia no anterior, que é o da Integração Europeia. Em que medida é que a criação desse Ministério afasta do âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros as questões relativas à integração europeia?

GP — A resposta exacta à sua questão será em medida nenhuma. Eu chamo a atenção para o facto de não existir um Ministério da Integração Europeia. É uma confusão que tem sido feita e que é perfeitamente normal, mas não existe um Ministério da Integração Europeia. Existe, sim, no quadro dos membros do Governo, um ministro da Integração Europeia, cujos serviços estão integrados na Presidência do Conselho de Ministros. E por isso é que lhe posso dizer que em relação à intervenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros na condução das condições de adesão não há alteração. É evidente que o prof. Freitas do Amaral tinha, como sabe, uma dupla qualidade, a de vice-primeiro-ministro e a de ministro dos Negócios Estrangeiros. Havia portanto uma união pessoal entre as actividades que ele desenvolvia como segundo membro do Governo e como ministro dos Negócios Estrangeiros em relação à adesão às Comunidades Europeias. Cessada essa união pessoal, voltou-se a um esquema que já tinha de certo modo surgido no Governo do prof. Mota Pinto, em que há uma distinção entre as actividades políticas, que cabem ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e as actividades de negociação no âmbito técnico e sectorial, que, nessa altura, cabiam

ao prof. Jacinto Nunes e que, hoje, cabem ao eng. Álvaro Barreto. Portanto, há uma distinção entre os aspectos políticos e diplomáticos de actuação (esses cabem ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que, esse sim, é o Ministério e não apenas um ministro) e por outro lado as ligações a nível técnico, mas evidentemente com incidências políticas, que caberão ao ministro da Integração Europeia.

É até possível e provável que o contacto entre o ministro da Integração Europeia e os órgãos das Comunidades seja mais frequente do que o meu, o que não impede que a parte especificamente politica e a definição das grandes opções nesse ponto caiba ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, dentro da política do Governo, do primeiro-ministro e do Conselho de Ministros. Mas queria acrescentar o seguinte: a criação do lugar de ministro da Integração Europeia, que parece extremamente útil e oportuna, não se destina apenas a olhar para o exterior mas também e sobretudo para o interior, e para a tarefa imensa de adaptação da estrutura da economia, da administração, da educação e da mentalidade em Portugal para a adesão ao Mercado Comum. Essas acções terão de ser desenvolvidas pelo ministro da Integração Europeia e possivelmente também pelo ministro da Reforma Administrativa. Para essas tarefas, voltadas para a acção interna, para a adaptação das estruturas internas, é que o Ministério dos Negócios Estrangeiros efectivamente não está vocacionado. E aí, sim, a larguíssima experiência ministerial do eng. Álvaro Barreto e o seu conhecimento da economia portuguesa não deixarão de ser extremamente úteis.

«DN» — Não teme, portanto, que venham a estabelecer-se áreas de choques de competências?

GP — Não, não temo isso de maneira nenhuma.

Entre nós, entre o eng. Álvaro Barreto e eu, não surgirão quaisquer choques de competência, quer porque as nossas esferas de actuação estão definidas, quer porque somos amigos íntimos há mais de 35 anos. E as tentativas de divisão que forem criadas do exterior, eu e ele nos encarregaremos de as eliminar.

«DN» — Outra das prioridades, ou, pelo menos, das linhas de força da política externa do Governo, prende-se com as relações com as ex-colónias. A missão prevista para se deslocar a Moçambique, no próximo mês de Fevereiro, não será — supõe-se — uma iniciativa isolada. Há outras iniciativas já previstas?

GP — Esta missão é talvez a iniciativa mais importante como iniciativa individual. E é decerto por isso que se referiu especialmente a ela. Era uma missão que, aliás, deveria ter seguido em Dezembro, foi adiada de acordo com as autoridades moçambicanas, por razões que são fáceis de compreender, e deverá realizar-se em meados de Fevereiro, sendo chefiada por um membro do Governo, quer dizer, ou seja: terá um grau de representação ao nível político e não ao nível meramente funcional.

Relações com ex-colónias

«DN» — Não se sabe ainda se a nível ministerial?

GP — Quando falo de membros do Governo, só podem ser ministros, secretários ou subsecretários de Estado, pois não penso que seja intenção do primeiro-ministro deslocar-se pessoalmente a Moçambique. Será portanto um ministro ou um secretário de Estado, veremos na altura, e de acordo com as autoridades moçambicanas, qual será a representação. Mas será a nível governamental. E a ideia é que o novo Governo tem um mandato que tudo leva a prever, segundo as forças que o apoiam, ou tudo leva a descrer, segundo as forças que se lhe opõem, possa durar o período de legislatura. Nós pensamos que o Governo tem um contrato de legislatura e temos que planear uma acção para quatro anos.

Esta missão que se desloca a Moçambique irá portanto dar continuidade a acções de cooperação já empreendidas e tentar estabelecer as grandes linhas da cooperação a desenvolver nos próximos anos, no sector cultural, no sector do ensino, noutros sectores em que Moçambique necessite de ajuda técnica e nós estejamos em condições de a prestar.

Temos nisso o maior interesse e este ano, apesar de todas as restrições orçamentais que já mencionei, foi possível ao Ministério dos Negócios Estrangeiros aumentar, embora ligeiramente, as verbas de que dispunha para o efeito.

Mas a cooperação não se resume a Moçambique. A cooperação tem estado a funcionar especialmente

bem como Angola, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe. Não temos portanto problemas específicos quanto à cooperação. Há apenas que a aumentar.

Quanto à Guiné e a Cabo Verde, estão em pleno funcionamento os centros culturais que lá existem. Continuam a seguir cooperantes enviados por Portugal e prevê-se a participação, por exemplo em relação a Cabo Verde, em obras públicas de grande monta, que vão ser iniciadas em 1981 e em que haverá participação portuguesa. Estou a pensar na construção do porto da Praia, em que é muito possível que haja participação e auxílio financeiro português, se for essa a decisão das autoridades de Cabo Verde.

Por outro lado, a cooperação com Angola vai intensificar-se neste e nos próximos anos. Neste momento, devo dizer-lhe que ela está a desenvolver-se em termos de franca melhoria. O nosso embaixador em Luanda tem mantido contactos constantes, com maior frequência do que no ano anterior, com os membros do Governo de Angola. Para lhe dar um exemplo, talvez o esforço mais significativo seja o que realizámos quanto aos professores. No ano passado, Angola pediu que lhe fossem enviados cerca de 970 professores. A Direcção-Geral da Cooperação deste Ministério pôde suscitar a ida de 800 professores. Fez-se portanto um esforço que quase se aproximou do número muito elevado de professores que nos tinha sido pedido. Não seguiram todos, não por falta de disponibilidades deles ou nossa, mas por dificuldades de alojamento, de infra-estruturas, escolaridade, etc., em Angola.

À medida que esses problemas forem sendo resolvidos e se o desejo do Governo de Angola de receber

esses professores se mantiver, eles seguirão. E está a ver a importância que tem um número destes, desta ordem de grandeza: 800 professores portugueses em Angola. Isto reveste-se de incontestável significado.

«DN» — Quererá isso dizer que os problemas políticos que houve na vigência do anterior Executivo entre o Governo português e, designadamente, o Governo de Angola e o Governo de Moçambique, estarão em vias de ser superados?

GP — Eu não me recordo. Quando fala no Governo anterior, refere-se ao I Governo Constitucional da presidência do dr. Sá Carneiro?

«DN» — Estou-me a reportar, designadamente, a algumas declarações de governantes angolanos sobre as dificuldades de incrementar a cooperação com Portugal enquanto o Governo português mantivesse uma atitude que eles chamariam de «complacência» face a actividades anti-regimes estabelecidas nessas ex-colónias...

GP — Nessa altura eu não estava obviamente no Governo e embora eu me recorde de ter ouvido falar dessas declarações, pelo exame dos «dossiers» que tenho feito, não verifico que isso fosse obstáculo ao desenvolvimento da cooperação. Os obstáculos ao maior desenvolvimento da cooperação, que mesmo assim deu um salto quantitativo e qualitativo imenso em 1980 (1980 pode-se dizer que é o primeiro ano em que realmente a cooperação atinge graus e números impor-

tantes) não foram de ordem política mas de ordem prática. Devo dizer, além disso, que a ideia deste Ministério é que a cooperação entre estes países e Portugal é uma inevitabilidade histórica, independente dos regimes que vigorem num ou noutro país. Poderá haver acidentes de percurso. Mas não serão as posições tomadas por um ou outro Governo que vão, a meu ver, alterar este grau de inevitabilidade histórica. Temos tantas coisas em comum. Há certas tarefas, que os técnicos portugueses estão particularmente vocacionados para desempenhar, com o conhecimento que têm das estruturas e das condições locais. Parece-me portanto que há toda a vantagem para ambas as partes em se aumentar essa cooperação, independentemente, como digo, dos pontos de vista meramente políticos ou até de incidentes políticos que possam surgir nas relações entre Estados. Pela nossa parte é o que faremos. A cooperação que desejamos prestar, tentaremos que se mantenha tão afastada quanto possível dos problemas diários, do posicionamento político no sentido estrito do termo, porque isto de cooperação também é política no sentido mais amplo do termo.

Portugal face à CEE e aos EUA

«DN» — Mudando agora de assunto. O nosso posicionamento face aos Estados Unidos deverá ser definido em concertação com as posições assumidas pelos países da Comunidade Económica Europeia ou crê aconselhável um empenho mais visível da nossa parte em relação às posições norte-americanas?

GP — Não. Nem uma coisa nem outra, porque nós não somos membros da Comunidade Económica Europeia e, portanto, a nossa posição não tem que coincidir com a desses países, embora a deva levar em conta por ser uma posição muito importante. Mas também não temos que ter uma posição mais próxima dos Estados Unidos do que qualquer outro país. As nossas relações com os Estados Unidos têm sido excelentes nos últimos anos. Deve ter sido um dos países com os quais temos mantido relações mais próximas e é certamente o país de que temos recebido maior apoio financeiro em todos os campos. Esta é uma circunstância que não pode deixar de ser levada em conta. Assim, eu distinguiria 2 planos nas relações com os Estados Unidos: o plano puramente bilateral, em que não há contencioso entre os países, em que há um desejo da parte dos Estados Unidos de auxiliar a resolver algumas das dificuldades económicas com que Portugal se debate, e em que, por outro lado, os Estados Unidos continuam a ser um dos nossos principais mercados de exportação, e o plano multilateral, em que, nomeadamente quanto à cooperação militar, as nossas ligações com os Estados Unidos passam através da NATO. Este ano assiste-se a tentativas em que os Estados Unidos têm uma palavra determinante a dizer para o reforço da NATO. O Governo português (aliás, não só o Governo, porque o sr. Presidente da República tem tido ocasião, em actos públicos, de reafirmar a participação de Portugal nos compromissos da NATO) acompanhará as acções multilaterais que vierem a ser desenvolvidas pela NATO.

«DN» — Em relação à União Soviética, este Governo usará de uma «severidade» de posições idêntica ao anterior?

GP — Quanto à severidade, deixo-lhe a responsabilidade do termo, que talvez não seja o mais adequado, porque um país com a dimensão de Portugal dificilmente é severo com uma potência da dimensão mundial da União Soviética. Mas essas posições — está naturalmente a referir-se à denúncia de alguns acordos, à chamada do nosso embaixador para consultas, à expulsão dos diplomatas — foram consequência de casos concretos.

Uns decorrem da invasão soviética do Afeganistão. A expulsão dos diplomatas ficou a dever-se, por seu lado, ao facto desses diplomatas, na fundada opinião do Governo, exercerem actividades que ultrapassavam a mera missão diplomática.

Portanto, não há qualquer intenção de tomar iniciativas contra quem quer que seja, nem contra a União Soviética nem contra qualquer outro país.

Tive ocasião de afirmar, na minha declaração parlamentar, que nós não estamos em conflito com nenhum país do mundo. É uma situação feliz, que resulta das consequências a longo prazo do 25 de Abril. Temos divergências com a Indonésia sobre a questão de Timor-Leste mas não estamos em conflito com nenhum país do mundo. E não estamos em conflito com a União Soviética. Talvez estejamos em conflito ideológico com o expansionismo comunista, mas não estamos em conflito directo com este ou aquele país.

Na medida em que a nossa posição é percebida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros (porque a condução da política do Governo pertence ao primeiro-ministro), ela será a de não tomar iniciativas para hostilizar a União Soviética ou qualquer outro país. Mas não poderemos deixar de reagir no caso de haver incidentes ou posições que nós consideramos inamistosas, como foi o caso da expulsão dos diplomatas, que consideramos exercerem aqui actividades inamistosas. Ou, no caso de haver acções generalizadas, que consideremos justificadas, como foi o caso da reacção da comunidade internacional contra a ocupação do Afeganistão pela União Soviética; aí é possível que nos solidarizemos com iniciativas ocidentais, desde que as consideremos fecundas.

Devo dizer, no entanto, que o Governo anterior teve um problema que este Governo não tem: o de mudar de atitude. Na verdade, nos últimos dias de Dezembro, a sr.ª primeiro-ministro, eng. Maria de Lurdes Pintasilgo, declarou ao seu jornal que, em virtude de uma comunicação do embaixador da União Soviética, os tanques russos viriam a retirar do Afeganistão e que, assim, se cumpririam os acordos de Hensínquia. Ora, nem os acordos de Helsínquia têm obviamente alguma coisa a ver com o assunto, porque são de aplicação restrita à Europa, nem os tanques retiraram, antes foram substancialmente reforçados.

O Governo, quando tomou posse, teve portanto necessidade de marcar que a sua atitude não era de continuidade com o Executivo anterior. E efectivamente não era. Essas declarações, no momento em que foram proferidas pela sr.ª primeiro-ministro, podiam ser

interpretadas como uma falta de solidariedade, grave, no contexto de então. Este Governo não tem esse problema, porque a sua posição se insere na linha do Governo anterior.

Não temos, portanto, que tomar medidas espectaculares, mas apenas que prosseguir normalmente a política anterior.

A questão de Timor

«DN» — Em relação a Timor, que iniciativas concretas estão previstas no sentido de desbloquear a actual situação?

GP — Devo lembrar-lhe que a pergunta não pode ser dirigida só ao Governo, porque o artigo 307.º da Constituição declara serem da competência do Presidente da República e do Governo as acções a desenvolver acerca de Timor-Leste. O Governo tem tratado da questão nos aspectos humanitários, nomeadamente obtendo a colaboração da Cruz Vermelha Internacional. E alguma coisa se tem vindo a fazer para minorar os sofrimentos da população de Timor-Leste. Quanto ao aspecto político, como disse, a responsabilidade não é só do Governo. No entanto, nas Nações Unidas, em Outubro do ano passado, Portugal suscitou a aprovação duma moção em que mais uma vez se negava a legitimidade da aquisição de soberania pela força. Nós não reconhecemos, nos termos da Carta das Nações Unidas, a anexação de Timor-Leste, que é uma solução pela força, e entendemos que deve ser dada às populações de Timor-Leste a faculdade de escolher o des-

tino que entender. Esse é também o sentido das votações maioritárias das Nações Unidas. É, portanto, neste sentido que a linha do Governo vai prosseguir mas recordo, não cabe só ao Governo, porque o sr. Presidente da República tem uma competência constitucional nesse sentido.

«DN» — Em relação ao Presidente da República, uma das queixas formuladas pelo anterior Governo foi as dificuldades que seriam colocadas por Belém na solução dos problemas inerentes ao movimento diplomático. Em relação ao seu Governo e nesse domínio espera que essas dificuldades persistam, ou há indícios de que não haverá problemas dessa ordem?

GP — Deixo-lhe evidentemente a responsabilidade do juízo que faz sobre as relações que teriam existido no momento em que eu não fazia parte do Governo. Refiro-me exclusivamente ao futuro.

Só entendi dever propor, com urgência, uma única nomeação de um embaixador no estrangeiro. Posso até dizer-lhe onde: em Washington. Só não posso é dizer-lhe o nome da pessoa, embora ele já seja do conhecimento público. É uma praxe diplomática: não temos ainda o «agrément» do Governo dos Estados Unidos. E não será o ministro dos Negócios Estrangeiros a quebrar essa praxe, perfeitamente justificada.

Esta foi a única iniciativa a que atribuí carácter urgente, devido à substituição da administração americana. Devo dizer que o primeiro-ministro, a quem evidentemente cabia fazer sua ou não esta minha iniciativa, e o sr. Presidente da República deram o seu

consentimento a que fosse pedido o «agrément». Portanto, até este momento, não senti nenhuma dificuldade.

Quanto ao movimento diplomático, vasto, que estou a planear para submeter ao sr. primeiro-ministro, o sr. primeiro-ministro terá naturalmente ocasião de o discutir com o sr. Presidente da República. Mas não me peça uma apreciação prévia sobre se irão ou não surgir dificuldades a esse respeito. Eu limito-me a julgar o que são factos e não posso neste momento prever qualquer dificuldade específica.

«DN» — Pedia-lhe agora uma opinião, que tem a ver com os problemas que se colocam ao direito internacional na recente questão relacionada com os reféns americanos no Irão. Crê que terão de ser revistos todos os conceitos que havia nesta matéria ou que haverá que criar sistemas de fiscalização dessas normas internacionais?

GP — Não, não penso, por uma razão simples: é que, se verificar a conclusão do acontecimento, o Irão nada ganhou com a violação clara do direito internacional que constituiu o aprisionamento dos reféns; pelo contrário, a solução do problema foi altamente prejudicial para o Irão, que acabou por receber apenas uma parte do dinheiro que era indiscutivelmente iraniano. O resto está em discussão. No entanto, este exemplo mostra que, com dificuldades, as soluções tradicionais do direito internacional acabaram por prevalecer. Houve uma violação clara do direito internacional, que se prolongou durante mais de um ano mas que

veio a ser finalizada. Portanto, não há perigo de ruírem as instituições tradicionais, como por exemplo as imunidades diplomáticas. Agora o que é necessário é que o estado territorial onde existem as missões diplomáticas exerça, efectivamente, a função de protecção dessas missões, como nós, por exemplo, temos feito em Portugal, onde, infelizmente, também já houve casos de terrorismo em missões diplomáticas — estou-me a lembrar da bomba da Embaixada de Cuba. Mas temos de tomar todas as medidas de ordem pública e outras possíveis para evitar que isso suceda.

No plano internacional, há, no entanto, a salientar que, na última Assembleia Geral das Nações Unidas, foi aprovada por uma larga maioria dos países, entre os quais se incluía Portugal, a elaboração de uma convenção que reforçasse a protecção dos diplomatas, impondo novas obrigações ao estado territorial para a protecção dos diplomatas e das instalações diplomáticas. Portugal apoiou essa iniciativa nas Nações Unidas e apoiá-la-á nas sua prossecução e, presumo que, se dali sair essa convenção, Portugal virá a ser parte dela. Nós temos todo o interesse quer em cumprir o direito internacional, que é regra geral deste Governo, quer em assegurar a protecção das missões diplomáticas que estão sob a nossa vigilância e existem em território português, quer em que os estados territoriais assegurem a integridade das missões diplomáticas portuguesas no estrangeiro.

«DN» — Mas a inexistência de algum tipo de sanções não favorece a violação dessas normas de direito internacional?

GP — Sabe que a evolução da formação de sanções no direito internacional é geralmente muito lenta. De certo modo, há sanções não organizadas que funcionam. O Irão, por se ter colocado, de certo modo, à margem da comunidade internacional, posição que felizmente já terminou com a libertação dos reféns, sofreu consequências graves do ponto de vista das relações comerciais e não sei até que ponto a guerra irano-iraquiana se teria dado se o Irão não estivesse numa posição de tão grande isolamento internacional. Portanto, apesar de tudo, de a elaboração de sanções levar sempre tempo no contexto internacional, tenho a impressão que o precedente não é de repetir, porque qualquer Estado que se veja confrontado com uma situação semelhante compreenderá que é do seu interesse estabelecer rapidamente o cumprimento do dever internacional.

«DN» — Pela primeira vez, após o 25 de Abril, o prof. Gonçalves Pereira assumiu uma atitude de aberto comprometimento político. Identifica-se com a Aliança Democrática?

GP — Sim, identifico-me plenamente com o programa do Governo e sou solidário inteiramente com o Governo. Da Aliança Democrática estou naturalmente próximo, porque não aceitaria fazer parte de um Governo cujas grandes opções, no plano filosófico e político, não correspondessem às minhas. Mas não sou militante partidário e não estou identificado com o programa de nenhum partido.

«DN» — Como se definiria politicamente? Mais próximo do PSD ou do CDS?

GP — É muito difícil responder a essa pergunta, porque a independência consiste justamente em não coincidir inteiramente com nenhum dos modelos. Agora se me perguntar, por exemplo, se estou mais perto de qualquer desses partidos do que do Partido Comunista Português, seria mais fácil uma resposta. Em relação a esses partidos tenho pontos de coincidência e pontos de divergência com os programas de ambos.

«DN» — Não é, portanto, aquilo que se possa chamar um social-democrata independente?

GP — No sentido com que a expressão é usada na terminologia dos partidos políticos portugueses, certamente que não. Quanto a adoptar uma posição, uma visão do mundo próxima da da social-democracia, isso sim, é verdade que a minha visão de projecto de sociedade está próxima das opções da social-democracia.

«DN» — Há, também, quem diga que a sua ida para o Governo se deveu à amizade que o liga ao primeiro-ministro Pinto Balsemão?

GP — Suponho que não será o caso. Fui convidado pela primeira vez para este lugar em 1969, aquando da saída do ministro Franco Nogueira, pelo prof. Marcelo Caetano, ao qual me ligavam laços de amizade e respeito; foi meu mestre na Faculdade e, como sabe, era um grande administrativista, para além da sua acção

política que não analiso agora. Os laços de amizade que tenho com o dr. Pinto Balsemão são, naturalmente, de natureza diferente. Pertencemos à mesma geração. Mas não é exclusivamente por laços de amizade, que existem, sem dúvida, com o primeiro-ministro, que eu aceitei este cargo, porque esses laços de amizade também existiam entre o prof. Marcelo Caetano e eu. Simplesmente, no contexto de 1969 não me pareceu possível, devido às linhas gerais da política então prosseguida, aceitar um lugar desta natureza. Mas, neste momento, estou identificado não só com as instituições mas com as linhas de força do Governo.

Agora, a minha amizade pessoal com o dr. Pinto Balsemão talvez tenha estado na origem do convite que ele me dirigiu. Isso sim. Mas a razão fundamental é uma razão de ordem política.

«DN» — Qual é a interpretação que faz dos resultados das eleições presidenciais?

GP — A interpretação que eu faço, tal como nas de 5 de Outubro, é que o povo português num caso e noutro votou pela estabilidade. Eu devo dizer-lhe que as opções podem parecer contraditórias. E eram, sem dúvida, no espírito de algumas pessoas. Eu, como não sou dirigente partidário, não tive que tomar posição sobre uma ou outra eleição, exerci como cidadão o meu direito de voto, mas constato que o resultado das eleições de 7 de Dezembro, que se impõe à evidência como uma realidade nacional de indiscutível projecção, não é contraditório, em minha opinião, com o resultado, igualmente importante, das eleições de 5 de Ou-

tubro. Em ambos os casos, a minha interpretação é que o povo português votou na estabilidade das instituições. Renovou o mandato da Aliança Democrática, renovou o mandato do Presidente da República. Significa isto que o povo entendeu que não deveria haver incompatibilidade nestas duas posições e que o Governo da Aliança Democrática deveria poder governar plenamente sob a presidência do general Ramalho Eanes. Essa é, também, a minha opinião.

«DN» — Para terminar. Como se sente o académico nos meandros da política?

GP — Bem, em matéria de política sou caloiro, e às vezes tenho a sensação de me estarem a sujeitar a um exame. Em todo o caso, não costumava ir para os exames em branco e, para este, também não venho inteiramente em branco.

«DN» — E veio para ficar?

GP — O Governo da Aliança Democrática propõe-se governar durante quatro anos. Isso não quer dizer que não possa haver substituições de pessoas. Não me cabe dizer se venho para ficar, porque se amanhã o sr. primeiro-ministro entender propor ao sr. Presidente da República a minha substituição neste cargo, não seria eu, certamente, a levantar qualquer obstáculo a esse facto.

«DN» — E abandonaria a política?

GP — Sabe, é difícil fazer previsões futuras. Agora a minha vocação pessoal não é, certamente a longo prazo, a política.

II

PORTUGAL NÃO NEGARÁ O SEU AUXÍLIO AOS EUA (*)

Entrevista de Carneiro Jacinto

«Estamos solidários com as posições de contenção do hegemonismo soviético que têm vindo a ser tomadas pela nova administração americana» — disse a *O Jornal* o ministro dos Negócios Estrangeiros, André Gonçalves Pereira. Em vésperas de partir para os Estados Unidos, onde se irá avistar com o novo secretário de Estado, Alexander Haig, Gonçalves Pereira falou sobre os grandes temas da actualidade, fundamentalmente os que decorrem da nova actuação da administração americana e ainda outros que se prendem com questões institucionais. Uma conversa às vezes polémica em directo, sem que o ministro conhecesse as questões que o jornalista lhe queria colocar e que po-

(*) *O Jornal* de 20 de Março de 1981.

derá vir a dar que falar. Em todo o caso ficou sobretudo a hipótese de se saber, com clareza, o que o Governo pensa da actualidade política internacional e do posicionamento de Portugal nesse contexto.

«O Jornal» — Segundo as declarações do senhor ministro vindas a público, a política externa do actual Governo não difere da do anterior, mas poderá ter um estilo próprio. Será só um estilo próprio?

André Gonçalves Pereira — Eu sou o pior juiz para dizer se a minha actuação tem um estilo diferente das demais. Não tenho na minha actuação a preocupação de imprimir um estilo determinado: ajo e falo, como me é natural fazê-lo. Naturalmente, não pretendendo copiar as outras pessoas nem distinguir-me *à priori* delas. Agora sobre o estilo; eu tenho a impressão de que, em política externa, as mudanças de estilo são mais sensíveis do que noutros domínios. É portanto possível que tenha sido sensível a uma determinada mudança de estilo e, se as pessoas deram por ela, é porque certamente existe.

Necessária e indispensável convivência de cooperação entre órgãos de soberania

P — Terá isso algo a ver com as primeiras críticas à sua actuação que partiram de certa forma de elementos ligados ao PSD, designadamente do dr. António Maria Pereira? Que razão encontrou para justificar essas críticas?

R. — As críticas formuladas no artigo que refere davam relevo sobretudo a aspectos da coexistência institucional entre órgãos de soberania, nomeadamente entre o Governo e o Presidente da República. Mantenho a minha posição de que, passado o período eleitoral, entrámos num tempo em que é necessário, e indispensável, uma convivência de cooperação entre órgãos de soberania. Nem vejo, exactamente, qual é a alternativa que se oferece a essa coexistência. Uma coexistência que implica, naturalmente, o respeito pelas regras, legítimas, da competência de cada um dos órgãos de soberania. Aproveito, aliás, para lhe dizer que sempre tenho afirmado que a condução da política pertence ao Governo em geral, incluindo a política externa e isto é claríssimo nos termos da Constituição. A definição da política externa cabe ao primeiro-ministro e a mim. Não vejo que haja nisso nada de particularmente inovador. Se as pessoas viram nisto novas brisas é porque, não havendo chuva, tiveram que se contentar com brisas.

P — Falou no Presidente da República. Há quem diga que com a sua chegada às Necessidades melhoraram as relações do Governo com Belém. Concorda?

R — Bom, eu não posso emitir um juízo que é, fundamentalmente, sobre um período anterior à minha gestão. Não posso dizer se melhoraram porque não conheço a situação anterior. A pergunta que me faz devia ser dirigida a pessoas que acompanharam as duas gerências.

Nada fiz para dificultar a coexistência com o Presidente da República

P — Fala-se sempre muito na questão de saber quem dirige a política externa, se é o Governo, se é o Presidente da República, se são os dois em complemento um do outro. Perguntava-lhe duas coisas: em primeiro lugar, parece-lhe que este problema é de facto uma questão real ou é uma falsa questão? Em segundo lugar: parece-lhe que o texto constitucional deveria ser alterado em termos de precisar e esclarecer melhor essas questões?

R — É uma questão real mas que tem uma resposta muito fácil. A condução da política externa pertence ao Governo. O artigo 138.º da Constituição atribui ao Chefe de Estado competências que são conferidas a todos os Chefes de Estado, quer sejam monarquias constitucionais, quer titulares de regimes presidencialistas, nomeadamente a ratificação de tratados, a acreditação dos embaixadores estrangeiros e a nomeação de embaixadores. Em todos os Estados constitucionais é esse o caso, que deriva da tradição de os embaixadores representarem o Chefe de Estado junto de outro Chefe de Estado. Eu entendo que há apenas um caso específico em que a Constituição cometeu uma competência internacional clara ao Presidente da República que é o caso de Timor, previsto no artigo 307.º da Constituição. É aí que há uma competência substancialmente atribuída ao Chefe de Estado embora em conjunto com o Governo. Quanto às outras competências são de natureza formal, que se traduzem numa assina-

tura. Mas é evidente que quem assina tem que usar um determinado critério para vincular o seu nome a uma determinada proposta. E aqui entramos numa questão multo mais complexa que é o funcionamento do sistema constitucional em Portugal, em que o aspecto da politica externa é apenas um afloramento. O sistema constitucional português foi imitado dos sistemas semipresidencialistas no que se refere aos órgãos de soberania. Não há exemplo na história moderna de Constituição semipresidencialista em que haja bases eleitorais e filosofias políticas diferentes entre o Chefe de Estado e o Governo. Quando assim sucede, das duas uma: ou há conflito institucional, que foi em certa medida o que sucedeu durante o ano passado, e compreende-se porque estávamos em período de campanha eleitoral e cada uma das partes queria resolver a questão, ou se entra numa situação em que se tenta que exista solidariedade institucional. Esta cooperação não é multo fácil porque há pontos de vista diversos. Há que tentar obter outras formas de entendimento entre a maioria da qual deriva o Governo e o Presidente da República, ambos com indiscutível legitimidade popular, para que o sistema possa funcionar. A situação actual é perfeitamente legítima dentro da democracia. Pela parte do Ministério dos Estrangeiros tenho a consciência de não ter feito nada que possa dificultar essa coexistência.

P — Considera que têm sido colocados entraves à actividade diplomática por outros órgãos de soberania?

R — No comment.

Porta aberta, salvo qualquer incidente, a toda a gente

P — Uma novidade da sua acção terá residido para já no facto de existir uma nova atmosfera de diálogo com todas as representações diplomáticas sediadas em Lisboa. Estou a pensar, por exemplo, que o seu antecessor não recebia o Embaixador da União Soviética, o que já aconteceu, pelo menos duas vezes, com o sr. ministro. A que é que se deve isso?

R — Entre outras razões, a uma maior disponibilidade de tempo. O prof. Freitas do Amaral tinha uma acumulação de responsabilidades políticas e partidárias que eu não tenho. Tirando isso, não vejo que se possa atribuir qualquer significado especial à recepção, ou não recepção, de qualquer entidade diplomática. Enquanto eu aqui estiver, a minha porta não estará encerrada nem a nenhum representante diplomático, salvo qualquer incidente, nem, aliás, a nenhum funcionário desta casa.

P — Falou de disponibilidade de tempo. É preciso ter-se disponibilidade de tempo para conduzir este Ministério?

R — Se com isso quer que eu faça uma crítica implícita a qualquer outra pessoa, devo dizer-lhe que não estou aqui para isso.

P — Em termos de estrutura governamental, uma novidade foi a criação do Ministério da Integração Europeia.

Não lhe parece que se foi burocratizar mais as questões ligadas à integração europeia até se levarmos em conta que experiências idênticas feitas em outros países, como o caso da Dinamarca, e de certa forma da Espanha, se provou que pouco se ganhou com a criação deste Ministério?

R — Têm havido opiniões diversas, e soluções diversas a esse respeito, como referiu. Eu penso que só haveria esse óbice do aparelho burocrático mais pesado se o Ministério da Integração Europeia fosse constituir uma máquina em si mesmo extremamente pesada e lenta a responder. Ora, o titular da pasta da Integração Europeia, eng. Álvaro Barreto, é uma pessoa conhecida pelo seu dinamismo e rapidez de actuação, e tem em vista a estruturação de uma máquina extremamente simples. De maneira que suponho que esse efeito possível de lentidão, de burocratização do processo não se dará. Por outro lado, a criação deste Ministério corresponde ao termo da união pessoal que existia entre as várias responsabilidades do prof. Freitas do Amaral, que sendo o ministro dos Negócios Estrangeiros, era simultaneamente vice-primeiro-ministro e portanto tinha uma visão global dos problemas políticos e incluindo os problemas económicos. O Ministério dos Negócios Estrangeiros está realmente vocacionado para dirigir a parte política, que é extremamente importante, no processo de adesão às Comunidades e, simultaneamente, fazer a inserção desse processo no conjunto da política do Estado noutros aspectos. Agora não está, e eu já o disse várias vezes, vocacionado para

debater os «dossiers» que estão a ser discutidos com a Comissão das Comunidades.

P— As Comunidades dizem, entretanto, que o objectivo governamental da adesão em 1983, não é possível...

R — À medida que o tempo vai passando sem que este diálogo se acelere, torna-se óbvio que podem existir maiores dificuldades em cumprir um determinado calendário. Mas tem-se especulado, a meu ver demasiado, à volta da data de 1 de Janeiro de 1983. Ela é para Portugal, em princípio, possível, mas nós não controlamos os órgãos da Comunidade e, portanto, só será possível para Portugal se o for para os órgãos da Comunidade. Assim como o Governo não faz cavalo de batalha do dia exacto da adesão, também não está muito preocupado com as críticas que possam surgir em relação a algum eventual atraso.

Embaixadores fora de carreira só pessoas com excepcionais méritos

P — Falando da actualidade do seu Ministério. O sr. ministro tinha anunciado, numa entrevista ao «Diário de Notícias», que estava a pensar fazer um amplo movimento diplomático e em abrir mais missões portuguesas no mundo. Relativamente ao movimento diplomático, perguntava-lhe a que filosofia obedeceram as propostas que já formulou nesse sentido e designadamente como é que encarou a de novo posta em destaque questão dos embaixadores políticos?

R — Em primeiro lugar, a sua pergunta parece-me desnecessária, uma vez que o seu semanário já noticiou, com enorme extensão, o movimento diplomático atribuindo, desnecessariamente, a sua informação, a uma fonte do MNE, imputação que aproveito para dizer, considero errónea. A ideia foi a de encontrar as pessoas mais indicadas para os lugares em que haveria substituição. Posso dar-lhe um exemplo: quando eu tomei posse, a 9 de Janeiro, estava vago o lugar de Embaixador de Washington e a tomar posse dentro de dias a nova administração americana. Pareceu-me, por razões óbvias, que a primeira prioridade era a nomeação de um embaixador para Washington e assim se fez; e o decreto já foi para o *Diário da República.* Depois disso o que procurei fazer foi uma conciliação entre os desejos e legítimos anseios dos funcionários de carreira. Não pode haver, sistematicamente, funcionários a servir em postos fáceis e bons e outros em postos ingratos e difíceis. O segundo princípio foi o do mérito, que é naturalmente um princípio falível.

Quanto à questão dos embaixadores políticos, se é essa a expressão que quer utilizar, expressão que não acho muito feliz...

P — Eu não quero utilizar, só que é a normalmente utilizada. Se quizer, digo embaixadores fora de carreira...

R — ... talvez fosse melhor, pois os embaixadores de carreira exercem uma função altamente política. A função da representação do Estado ao mais alto grau é, evidentemente, uma função política. O que se tem

geralmente entendido é que aquilo que é político nesses embaixadores é a sua origem e não a sua função. Alguns embaixadores surgem dentro da carreira como lugar cimeiro e outros são designados, segundo a lei portuguesa, pelo Conselho de Ministros, fora das pessoas da carreira. Isto é uma prática que existe em maior ou menor grau em quase todos os países e que, em maior ou menor grau, suscita sempre certas reservas por parte dos funcionários de carreira, o que é perfeitamente normal. Ninguém gosta de fazer parte de uma carreira, de estar treinado para determinadas tarefas e ver outras pessoas, independentemente dos seus méritos, a ser colocadas em posições às quais os funcionários de carreira legitimamente podiam ambicionar. O problema está hoje muito reduzido, porque, durante os primeiros Governos constitucionais, foram designados em grande número embaixadores fora de carreira. Devo dizer, a título de curiosidade, que houve mais embaixadores fora de carreira em serviço simultâneo durante os dois primeiros Governos constitucionais do que na totalidade dos 50 anos do antigo regime. Essa situação está hoje extremamente reduzida. E a razão é esta: entendo que há casos em que se justifica a designação de embaixadores fora de carreira pelos seus excepcionais méritos, por uma capacidade excepcional para cumprir uma determinada tarefa. É muito difícil que haja 10 ou 12 casos desses, simultaneamente. Donde se deve inferir que muitas vezes a designação para um desses cargos de um embaixador não de carreira, não se deve só aos méritos da pessoa a nomear, mas também ao favor político. É essa apreciação que não é popular nos funcionários de carreira.

Tenho a impressão de que há certos embaixadores não pertencentes à carreira que são unanimemente aceites neste Ministério, sem qualquer dificuldade. É exacto que, pelo menos este ministro, não é particularmente favorável à designação de embaixadores fora de carreira, a não ser quando se trate de pessoas cujos méritos se imponham de tal forma que mereçam essa designação.

P — É o caso, portanto, das propostas que apresentou ao sr. primeiro-ministro, e este ao Presidente da República, já vindas a público?...

R — É evidente que o sr. não conhece o movimento diplomático proposto e, quando está a dizer que foram apresentados nomes, está a formular uma pergunta à qual eu não estou neste momento em posição de responder. Perguntou-me se existiam, neste movimento, pessoas fora de carreira designadas. Quando o processo estiver concluído o sr. verá. Antes disso, sem o processo estar concluído, não posso cometer a indiscrição e a falta de profissionalidade de estar a revelar nomes cuja apreciação está ainda pendente.

Integração Europeia: atrasado o «dossier» das pescas e a necessitar de alterações o agrícola

P — Falaríamos então, agora, do Mercado Comum O sr. primeiro-ministro, numa entrevista que concedeu, no final da semana passada, à televisão, referiu-se ao facto de existirem «dossiers» relativos à integração que se encontram atrasados. Que «dossiers» são esses

e como é que se encontra, neste momento, o nosso processo de adesão?

R — Posso dizer-lhe o seguinte: não há «dossiers» atrasados pela nossa parte, com excepção das pescas. E, para além de certas alterações que se terão de introduzir no «dossier» da agricultura, todos os outros estão na posse da Comissão que já elaborou sobre eles um parecer que ainda não é do conhecimento do Governo português. O Governo aguarda que sejam formuladas por parte da Comissão ou do Conselho as objecções a esses «dossiers» não se podendo dizer que exista qualquer atraso. Não sei mesmo se o sr. primeiro-ministro não se referiria a um certo atraso por parte dos organismos comunitários. Porque, neste momento, o que se passa é que, com excepção das pescas, como já referi, é a CEE que não tem dado ultimamente resposta, com suficiente rapidez, aos «dossiers» e às questões que lhes temos apresentado.

A questão consiste no seguinte: Portugal tem que aceitar o «acquis communotaire» (regras comunitárias). Mas pode formular pedidos de excepção, ou de dilação no tempo, do momento em que esse «acquis communotaire» entre em vigor para Portugal. São estas pretensões que foram já formuladas por Portugal em todos os campos, com excepção das pescas. Resta saber se a Comissão e o Conselho consideram justificadas as pretensões portuguesas de uma determinada prorrogação ou atraso na entrada em vigor para Portugal do «acquis communotaire» ou se desejam maiores justificações por parte do nosso país. O Governo

português aguarda que o Conselho lhe faça chegar esses elementos.

Caso Pintasilgo não está ainda resolvido

P — Ainda a respeito desta questão; o sr. ministro dizia, no último número de «O Tempo», que tinha chegado a um consenso, com as partes interessadas, relativamente à questão da eng. Maria de Lurdes Pintasilgo. Que consenso?

R — Eu não disse exactamente isso. O que eu disse numa conversa informal durante um almoço, foi que esperava chegar, muito brevemente, a uma conclusão que fosse honrosa para todas as partes. Não indiquei que essa conclusão estivesse realizada naquele mesmo dia, nem estou em condições de indicar que esteja realizada hoje. Mas continuo a dizer que espero chegar, com as pessoas envolvidas, a uma solução que seja honrosa para todas as partes.

Solidariedade em princípio, com as posições da administração Reagan

P — O sr. ministro vai, entretanto, encontrar-se, dentro de dias, com o secretário de Estado americano. Qual o objectivo concreto do encontro?

R — O convite partiu do secretário de Estado, Haig e a indicação foi a de que havia interesse numa troca de impressões mútuas. Suponho que haverá da parte do Governo americano interesse em conhecer os pon-

tos de vista portugueses sobre uma multiplicidade de questões que afectam quer a Europa, quer outros continentes. Por outro lado, existe um enorme interesse por parte da diplomacia portuguesa em conhecer, com maior precisão, os objectivos e os meios de acção de uma política que começa a desenvolver-se. Tanto mais que os EUA são aliados de Portugal que está com ele estreitamente solidário como agora se viu, por exemplo, na Conferência de Segurança Europeia, em Madrid, e como se verá, se houver alguma crise internacional muito grave. As posições de Portugal são, em princípio, de solidariedade com a Aliança Atlântica e com as posições de contenção do hegemonismo soviético que têm vindo a ser tomadas pela nova administração americana. Para que Portugal possa tomar uma posição definitiva tem que conhecer, mais em pormenor, em que se traduzem essas posições que merecem, em geral, a nossa solidariedade.

P — Segundo as últimas notícias que têm vindo a público, haveria um objectivo da nova administração americana no sentido de aumentar o auxílio militar a Portugal, em detrimento do económico. O que se passa de facto?

R — O que se passa, e que deriva dos mecanismos orçamentais dos EUA, é que, os programas de assistência económica de que Portugal se tem servido estão em vigor e não necessitam de um reforço de verba, embora os americanos estejam dispostos a conceder mais cerca de 20 milhões de dólares. Os programas de auxílio militar, ou de despesas em instalações milita-

res, esses têm de ser orçamentados porque senão o departamento de Estado ou da Defesa dos EUA não os poderia mobilizar. O que não quer dizer, por exemplo no caso dos Açores, que essa mobilização não tenha que ser feita com consentimento do Governo português.

Alargamento da presença americana nas Lages na agenda do encontro com Haig

P — Poderá discutir, com o secretário de Estado, o interesse dos EUA em alargarem a utilização da base das Lages, como ponto de escala para o Médio Oriente?

R — A base das Lages é uma base acerca da qual já existe um acordo, que se reveste de importância considerável e não serve, exclusivamente, de ponto de passagem para o Médio Oriente, como está a indicar...

P — ... não sou eu que digo isso, mas o departamento de Estado norte-americano...

R — ... o que lhe posso dizer desde já é que esse assunto não está excluído da agenda. Antes das conversações terem lugar é que não lhe posso dizer, obviamente, qual será o seu resultado mas, dentro das suas possibilidades, sem quebra de soberania, mantendo a vigilância sobre o que se passa em território português, Portugal é solidário com os EUA e não negará o seu auxílio, na medida em que ele for razoável, e tiver contrapartidas para Portugal.

P — Este alargamento da utilização americana da base das Lages obrigaria a uma renegociação do actual acordo?

R — Depende do momento em que for realizado. Ou se realiza antes do termo do acordo, ou poderá ser incluído na renegociação do acordo. Mas há certas tarefas de manutenção e renovação do equipamento que, a terem o nosso consentimento, terão início ainda antes do termo do acordo.

Governo poderá autorizar utilização pelos americanos da base de Beja

P — Os americanos parecem também interessados em utilizar a base de Beja actualmente cedida à RFA?

R — Penso que talvez no meu regresso de Washington lhe possa dar algumas notícias a esse respeito. Não é um dos pontos que o secretário Haig tem agendado para negociações, mas a agenda não é exclusiva e se houver algum interesse específico nesse campo, estudá-lo-emos. Devo lembrar que a base de Beja é uma base portuguesa utilizada pela Força Aérea alemã e o Governo português, com autorização dos órgãos de soberania competentes, se o entender, pode permitir a sua utilização para outras Forças Aéreas.

P — «O Jornal» noticiou, no último número, citando o «New York Times», que Portugal seria um dos países da NATO envolvidos em sistemas de armamento nuclear de dupla chave. Isto é verdade?

R — Não, é falso.

P — Então não existe um relatório do Congresso americano onde isso está escrito...

R — Isso não sei. Sei é que não é verdade em relação a Portugal. Não há nenhum sistema de dupla chave em Portugal.

P — A propósito do nuclear: o sr. ministro considera que Portugal está em situação de recusar o estacionamento de armamento nuclear no seu território?

R — Mas com certeza.

Governo não é favorável à instalação de armamento nuclear em Portugal

P — Mesmo com as responsabilidades perante a NATO e dos laços de solidariedade com os EUA que referiu?

R — Mas com certeza. Somos um país independente e isso será um elemento essencial da soberania nacional, portanto estamos em condições de recusar. Mas qual é a dificuldade? Nós não somos um país satélite. Os satélites é que não estão em condições de recusar instalações no seu território. Os países independentes fazem o seu juízo e autorizam ou não. Há muitos países do lado ocidental que têm autorizado.

P — Qual é o seu ponto de vista?

R — O ponto de vista do Ministério dos Negócios Estrangeiros é de que não foi solicitada a Portugal a instalação de armas deste tipo. São evidentes os incon-

venientes que a instalação de armamento deste tipo pode ter e portanto, em princípio, a posição do Governo português não é favorável à instalação de armamento nuclear em Portugal. Agora, se dentro do contexto internacional genérico de crise de solidariedade ocidental as opções parecerem ser irreversíveis, o Governo está aberto a discutir, com os demais órgãos de soberania interessados, a revisão dessas opções. Mas não há nenhum pedido.

P — E como estão as negociações para a utilização da ilha de Porto Santo por aviões supersónicos e petroleiros da NATO?

R — No comment.

Solidariedade cautelosa em relação à questão de El Salvador

P — Ainda em relação aos EUA, tenho quatro questões para as quais creio que o sr. ministro terá uma resposta fácil e rápida. Qual é a posição do Governo português relativamente à atitude pela nova administração americana, em relação a El Salvador?

R — É de solidariedade cautelosa. Nós estamos plenamente convencidos de que há uma intervenção soviética na República de El Salvador, que se processa através de Cuba e da Nicarágua. Há armas fornecidas e há, paradoxalmente, armas americanas que foram abandonas no Vietname e que foram parar a El Salvador e há um apoio logístico por parte, sobretudo, de

Cuba e da Nicarágua aos guerrilheiros de El Salvador. Por outro lado, não há intervenção militar, no sentido de exércitos ou forças combatentes de qualquer outra potência.

P — Nem dos EUA?

R — De forças combatentes, com certeza que não. Há, evidentemente, fornecimento de armas. O sr. sabe que não consta que haja produção de armas em El Salvador e naturalmente que as forças que se combatem no Salvador e que são fundamentalmente três — a Junta Governamental, os soldados guerrilheiros e a extrema direita — todas elas combatem com armas fornecidas pelo exterior. Até tem havido algumas notícias sobre a existência de armas portuguesas em El Salvador. Isso não me surpreende muito porque podem ter sido armas fornecidas ao abrigo de qualquer contrato anterior ao desenrolar dos acontecimentos ou, mais provavelmente, armas abandonadas pelo exército português em Angola e que, através de movimentos de solidariedade, ligados com Cuba, tenham ido parar a El Salvador. Solidariedade ainda no sentido de reconhecer que há um auxílio activo por parte de elementos que tentam perturbar a relativa tranquilidade de El Salvador. Digo relativa porque El Salvador vivia sob uma ditadura de direita, e a Junta que se instalou tentou fazer medidas de justiça social que são sempre muito difíceis de aplicar em tempos de crise. No entanto, a Junta não é o Governo de Somoza. O arcebispo de El Salvador declarou, anteontem, que a igreja transferia o apoio que tinha dado, com as precauções habi-

tuais, da guerrilha para a Junta Governamental. Não há, neste momento, uma intervenção militar, com forças combatentes, de nenhuma potência estrangeira. Nós esperamos que a questão se possa resolver sem a intervenção de forças militares e que o povo de El Salvador tenha um pouco da paz a que tão justamente aspira e merece.

Intervenção americana a pedido da Junta de El Salvador

P — Mas, em todo o caso, não lhe parece que se trata da ingerência de um país nos assuntos internos de outro?

R — De qual?

P — Dos EUA em El Salvador.

R — Apesar de tudo há que considerar que a Junta salvadorenha, boa ou má, e nós não vamos ter opinião sobre os Governos estrangeiros, nós praticamos o sistema de reconhecimento da legitimidade dos Governos. A intervenção dos EUA parece fazer-se a pedido da Junta presidida pelo sr. Napoleão Duarte. Portanto não me parece condenável, do ponto de vista do direito internacional, a posição que os EUA têm tomado até agora e espero que a situação não venha a degenerar numa intervenção com forças combatentes. Nem parece ser essa a posição defendida pela administração Reagan, porque ela não pratica a doutrina Brejnev.

P — O sr. ministro diz que a intervenção foi feita a pedido da Junta o que me faz lembrar o caso do Afeganistão...

R — Mas aí houve uma intervenção militar. No Afeganistão o que sucedeu é que efectivamente a intervenção foi feita pela União Soviética, ao que se pensa, a pedido do primeiro-ministro, que foi imediatamente assassinado, e continua a ser pedida por um primeiro-ministro cuja representatividade de 118 países das Nações Unidas se negam a reconhecer. Eu estava a distinguir era entre as intervenções de assistência e auxílio, e as intervenções com forças combatentes. É evidente que o que há é uma ocupação militar soviética no Afeganistão e só a sr.ª eng. Maria de Lurdes Pintasilgo é que tem dúvidas a esse respeito, ou tinha, em 27 de Dezembro de 1979, quando deu a célebre entrevista ao *Diário de Notícias*.

P — O sr. ministro concorda com a posição do Presidente Reagan quando fala na possibilidade de apoiar os guerrilheiros do Afeganistão?

R — Repare que já é absurdo nós termos uma potência como Portugal a traçar os limites em que procura intervir nos grandes problemas da política internacional. Há certas coisas às quais nós somos contrários: à intervenção no Afeganistão, seremos contrários, amanhã, a uma intervenção na Polónia, se ela se der, certamente também a pedido do Governo polaco. Depois há milhares de graduações: que passam pelo auxílio económico, pelo fornecimento de armas, mas não

temos que servir de juízes em qualquer momento, o que até seria ridículo. Eu compreendo a posição da administração Reagan que desenvolve um conjunto de esforços para tentar travar o avanço extraordinário, político e militar, que a União Soviética conheceu durante o período da administração Carter.

P — Há, em todo o caso, duas questões que devem interessar particularmente ao Governo porque têm ligação com dois países de língua portuguesa. Refiro-me ao apoio à UNITA e à revogação do princípio da não-ingerência nos assuntos de Angola?

R — Em primeiro lugar, e tanto quanto eu tenho conhecimento, o que há até agora é um pedido do Governo norte-americano, que não foi sequer apreciado pelo Senado, para que sejam revogadas medidas genéricas anteriores que proíbam determinados tipos de intervenção ou de apoio norte-americano. Estamos no plano legislativo. Não há nenhuma acção concreta de que se tenha conhecimento. Por outro lado, também não temos nenhuma prova concreta de apoio existente a movimentos. Devo notar, no entanto, que, embora Portugal se interesse especialmente pelos problemas de Angola, a primeira consideração que tem a fazer é a de que se trata de um país soberano. E os problemas que se passam entre dois países soberanos, Angola e os EUA, não dizem respeito ao Governo português.

Apoio americano à UNITA seria interferência nos assuntos internos de Angola

P — Mas o sr. ministro não pensa que poderá dar a sua opinião ao secretário de Estado Haig a este respeito?

R — É natural que esse assunto venha a ser abordado e parece ser um dos pontos em que há uma viragem na política externa norte-americana.

P — O apoio à UNITA seria uma interferência?

R — Nos termos em que é caracterizado como tal, a opção que se põe para os EUA é a de reconhecer o Governo de Angola ou não o fazer, como tem sucedido até agora. Nós temos relações diplomáticas normais com o Governo de Angola e evidentemente que consideramos relações de intervenção militar, isto é, com forças combatentes, com outros movimentos que se oponham a este Governo como uma interferência nos assuntos internos de Angola. Nós somos contrários a interferências de todos os países em qualquer outro país.

Proposta de Brejnev é manobra de propaganda

P — Finalmente, o Governo e o seu Ministério apoiam ou não apoiam a proposta de Brejnev para uma cimeira com o Presidente Reagan?

R — Fundamentalmente, parece-nos uma hábil manobra de propaganda. Porque o que sucede é que, perante o novo dinamismo mostrado pela administração americana, a União Soviética se vê confrontada com uma resposta mais agressiva às suas iniciativas. Durante anos a União Soviética tomou iniciativas em África, na Ásia, no caso do Afeganistão, indirectamente em El Salvador e só poucos dias antes do termo do seu mandato é que o Presidente Carter alterou a sua posição em relação à questão de El Salvador. É, portanto, natural que a União Soviética mude de estratégia. Tal como vimos, as medidas desencadeadas pela União Soviética, quer através de Brejnev, quer através das mensagens entregues a quase todos os Chefes de Estado do Mundo, visam a acenar de uma bandeira que é sempre estimada e popular e que é a bandeira da paz, mas que tem subjacente a ideia de uma estabilidade na situação militar da Europa. Essa estabilidade é, neste momento, favorável à União Soviética, uma vez que há disparidade quer no armamento convencional, quer no armamento nuclear, em favor da União Soviética. Quando se fala de estabilização de posições e de extensão de zonas de confiança, o que se pretende, sob uma capa indiscutivelmente mais subtil que as movimentações de blindados que a União Soviética também sabe fazer, é estabilizar uma situação que é objectivamente favorável à União Soviética. Não sei, evidentemente, qual é a reacção que a administração Reagan vai ter.

III

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, PROF. DR. ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA, NA TRIGÉSIMA SEXTA (36.ª) SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.

«Senhor Presidente,

Desejaria começar por dirigir a V. Excelência, as calorosas palavras de felicitações que inteiramente lhe são devidas, pela sua eleição para Presidente da 36.ª Assembleia Geral. É com profundo agrado que vemos mais uma vez dedicar-se ao serviço da Comunidade Internacional alguém cujas qualidades humanas e importante experiência de político e diplomata são garante da obtenção de resultados positivos nesta sessão.

Apraz-me registar que assume esse alto cargo o representante de um país amigo de Portugal com o qual partilhamos passado e tradições e estamos empenhados em desenvolver «frutuosa cooperação». De igual

modo, quero exprimir o nosso sentimento de sincero apreço e reconhecimento ao Embaixador Von Wechmar, pelos seus esforços permanentes e empenhados em prol da paz e da justiça e pela forma incansável e exemplar como se dedicou à Presidência da 35.ª Assembleia Geral. Guardamos na mais alta consideração o seu excelente contributo para a boa condução dos trabalhos que decorreram ao longo deste ano.

Finalmente, desejo dirigir uma palavra especial de saudação e reconhecimento ao Secretário Geral, Senhor Kurt Waldheim, cuja recente visita oficial ao nosso País muito nos honrou. Presto merecida homenagem à sua preclara visão da comunidade internacional, às suas qualidades humanas e diplomáticas, à forma competente e dedicada como tem dirigido os trabalhos desta Organização.

Saúdo a admissão na Organização das Nações Unidas da República do Vanuatu. A sua entrada para a Organização leva-me a renovar o apelo de que venha a fortalecer-se ainda mais neste forum uma frutífera colaboração entre Delegações. Estes são sinais encorajadores de que infatigavelmente nos aproximamos de um dos objectivos mais altos das Nações Unidas, a sua universalidade».

«Senhor Presidente,

A Assembleia Geral das Nações Unidas reúne-se mais uma vez para, com a diligência e o esforço dos seus membros, analisar e debater os graves problemas com que se depara o mundo e que carecem, na sua maior parte, de solução urgente.

Encontrar as novas soluções, dar continuidade e reforçar as já preconizadas, remover obstáculos que se apresentam no caminho da paz e do progresso não é tarefa fácil.

O efeito cumulativo de tão diversos factores tem produzido profundas transformações no sistema internacional e a ordem do dia da Assembleia Geral tem-se alargado para além dos tradicionais temas de segurança e equilíbrios de poder, para incluir questões cada vez mais complexas e que constituem também desafios adiados aos governos de todos os países aqui representados.

Estou certo porém que à semelhança dos oradores que me precederam e me seguirão, poderei afirmar que, nós, membros desta prestigiosa organização, lutaremos para encontrar as soluções adequadas.

A situação persistente no Afeganistão — onde subsiste uma intervenção soviética em aberta violação dos princípios da Carta — e em claro desafio à condenação da opinião pública internacional e desta Assembleia — constitui marca clara de uma política de expansão e dos riscos dela decorrentes para a estabilidade e desanuviamento internacionais. Consciente da não evolução favorável da presente conjuntura e do risco que representa para o equilíbrio geoestratégico e para a paz, o Governo português tem condenado com clareza a persistência de uma situação que tanto política como juridicamente é inaceitável.

Neste espírito, a minha delegação desejaria exprimir o seu total apoio ao recente plano das Comunidades Europeias para a realização de uma conferência internacional que se insere no quadro dos esforços di-

plomáticos iniciados pelas resoluções pertinentes desta Assembleia Geral sobre a questão.

Igualmente a invasão e ocupação de Kampuchea por forças armadas do Vietnam tem merecido a condenação da maior parte dos Estados membros desta Organização, incluindo o meu País. Portugal considera que uma solução para este problema terá que assentar na retirada das tropas estrangeiras estacionadas no Kampuchea. Considera ainda que a conferência recentemente realizada no âmbito desta Organização foi um passo importante para a solução pacífica deste conflito.

Face a situações como esta, a questão fundamental que se coloca perante esta Assembleia é de saber se a «Declaração das Nações Unidas sobre os princípios de direito internacional acerca das relações amigáveis e a cooperação entre Estados de acordo com a Carta das Nações Unidas (225/XXV)», aprovada em 24 de Outubro de 1970, e a declaração sobre os princípios que regem as relações mútuas, incluída no Acto Final de Helsínquia de 1 de Agosto de 1975, correspondem a uma vontade de organizar o mundo de maneira mais pacífica e humana, ou se são apenas uma barreira de fumo atrás da qual se escondem aspirações contraditórias, reservas mentais ou interpretações subjectivas. Se assim fosse, estaríamos todos colaborando numa construção falsa e por isso perigosa, assente em areias movediças, feita apenas de palavras ocas e de equívocos.

Estas questões fundamentais têm também estado em discussão na reunião de revisão de funcionamento do Acto Final de Hensínquia, em Madrid. Críticas ou

novas propostas ali feitas têm de ser vistas no seu próprio contexto de revisão e desejável aproveitamento, e não como contrárias ao desanuviamento.

O que não pode é admitir-se que este seja concebido simultaneamente como instrumento de cooperação e luta em todos os domínios, consoante os interesses do momento desta ou daquela parte.

Se o desanuviamento corresponde a uma necessidade da vida internacional, a prática da reciprocidade é-lhe essencial. Exige, além do mais, boa fé para conduzir à cooperação em todos os domínios e à eliminação ou pelo menos diminuição das tensões.

Esta nos parece ser a posição correcta e de acordo com ela temos conduzido a nossa participação naquela importante reunião no âmbito do processo da CSCE. Temos ainda esperanças que tal orientação prevalecerá e que resultados substanciais serão alcançados. Finalmente, os princípios do desanuviamento têm de ser observados nas relações entre países com sistemas político-sociais basicamente semelhantes. Não faria sentido que tais princípios de desanuviamento, paz, respeito pela inviolabilidade de fronteiras e não intervenção nos assuntos internos se restringissem apenas às relações entre povos com distintos sistemas. Acções radicais contra esta linha fatalmente gerarão desenvolvimentos difíceis de controlar e consequentemente susceptíveis de desencadear as mais perigosas reacções.

Senhor Presidente,

Muitas vezes tem sido afirmado nesta tribuna que o grande desenvolvimento tecnológico no domínio dos

armamentos tornou hoje obsoletas as clássicas teorias geográficas de defesa. Todos sabemos que a segurança que resultava da distância e de fronteiras naturais está hoje muito reduzida, ou mesmo anulada, em determinadas circunstâncias. A única realidade é a capacidade de destruição mútua.

É nesta perspectiva que, face às destabilizadoras mudanças ocorridas nos últimos anos no equilíbrio militar entre o leste e o oeste, me parece oportuno sublinhar que os membros da Aliança Atlântica, de que Portugal é membro activo e solidário, consideram o equilíbrio militar estável como uma importante e oportuna contribuição para a segurança e a paz em geral. Esse é também o primeiro objectivo do controlo dos armamentos ao visar atingir sem diminuição de segurança, um equilíbrio ao mais baixo nível possível de armamentos, especialmente os de natureza nuclear.

A esta finalidade obedeceu a decisão tomada pelos membros da Aliança Atlântica em 12 de Dezembro de 1979. Neste sentido assumem um relevo muito particular as negociações americano-soviéticas, cuja abertura está projectada para os finais do ano em curso, e que o meu País fortemente apoia.

No âmbito do desarmamento, o sector das armas nucleares deverá merecer, pelo seu elevado poder de destruição, uma atenção particular, como aliás o decidiu por consenso a X Sessão Extraordinária desta Assembleia. A proibição de todas as experiências com armas nucleares, sujeita a procedimentos de verificação internacional eficazes e aceitáveis pelas partes envolvidas, seria uma contradição significativa neste campo. Igualmente seria desejável que as potências

nucleares chegassem a acordo quanto a uma fórmula comum de garantias de reforço da segurança dos Estados que não dispõem de armas nucleares, correspondendo, assim, a um legítimo anseio repetidamente expresso nesta Assembleia.

Mas esta preocupação em relação ao sector das armas nucleares não deverá fazer esquecer o facto de que o poderio dos Estados militarmente mais significativos resulta da conjugação dos arsenais nucleares e convencionais. O esforço de negociação no campo do desarmamento nuclear não deve servir de pretexto para que a comunidade internacional recuse um esforço paralelo no campo das armas convencionais.

Senhor Presidente,

Alimentamos a esperança de que a II Sessão Extraordinária desta Assembleia, dedicada ao desarmamento, constitua uma oportunidade para uma meditação colectiva, à luz do documento final da X Sessão Extraordinária, cuja validade se mantém intacta, sobre as realizações no campo do desarmamento. Esperamos que as suas conclusões favoreçam a realização de progressos significativos neste domínio.

Senhor Presidente,

Gostaria agora de referir alguns dos problemas que concorrem para o agravamento das tensões regionais e põem em causa, designadamente, os princípios e a capacidade de efectiva intervenção das Nações Unidas. A questão da Namíbia, onde a RAS persiste em manter

uma situação ilegal que impede o exercício do direito à autodeterminação do povo namibiano, tem motivado condenáveis ataques do território angolano. Passados cerca de três anos desde a aprovação da Resolução 435 do Conselho de Segurança, e não obstante as empenhadas iniciativas diplomáticas do Secretário Geral e do «Grupo de Contacto», ao qual não tem faltado o apoio dos países da linha da frente, continuam por cumprir as legítimas expectativas então criadas. A recente invasão do território angolano — que nenhum motivo poderá justificar, sob pena de grave dano aos princípios de direito que nos deverão reger — é o resultado negativo de uma situação de latente confronto a que importa — com urgência — pôr termo por meios políticos. Com efeito, os referidos acontecimentos no sul de Angola representam evidente sinal dos riscos provocados pela presente situação, resultando em pesado sacrifício para o Estado soberano de Angola, ao qual renovamos a nossa solidariedade. Não devemos esquecer igualmente o ataque de que também Moçambique foi alvo no seu território no passado mês de Janeiro e que nos merece idêntica reprovação.

O meu País tem defendido a independência da Namíbia, nos termos da Resolução 435, e confia nas diligências diplomáticas que para tal fim e no seu quadro, o «grupo de contacto» vem conduzindo, isto mesmo, hoje se reitera, no convencimento de que novas dilações ou inaceitáveis intransigências poderão conduzir a uma grave confrontação na África Austral com sérios reflexos na estabilidade internacional.

Outro dos pontos de tensão que desde há vários anos aqui é debatido sem os resultados concretos que

a segunrança da própria Comunidade Internacional exigiria, a questão do Médio Oriente — pelos valores e interesses em jogo e pela globalidade de riscos que suscita — assume particular e universal relevo. Portugal tem exprimido com clareza a sua atitude ao defender o estabelecimento de um clima de conciliação e respeito mútuo que ponha fim à presente escalada de confrontações armadas e consolide um indispensável espírito de negociação. O meu Governo tem assim recordado a responsabilidade da Comunidade Internacional em contribuir para uma solução global que conduza à retirada de Israel dos territórios árabes ocupados desde 1967 e ao desmantelamento dos colonatos entretanto construídos. Apoiado o reconhecimento do direito inalienável do povo palestiniano à autodeterminação — com todas as consequências que este conceito implica, designadamente o direito ao regresso, defendido a plena segurança e soberania pos países da área, nomeadamente de Israel, dentro das fronteiras seguras e reconhecidas; apelado para o termo das inaceitáveis violações da integridade territorial do Líbano; e condenado o ataque israelita às instalações nucleares iraquianas na medida em que constituiu violação grave da soberania daquele Estado e do princípio da utilização pacífica da energia nuclear. Por outro lado, vem sublinhando a necessidade de um esforço mútuo de concertação entre Israel e a OLP, baseado num comum reconhecimento que tenha em conta realidades políticas indiscutíveis e favoreça um futuro de paz na região; para tanto, aliás, será legítimo adiantar o voto de que o Governo de Telavive possa colher da martirizada história do povo judeu a compreensão

humana que ajude — do seu lado — a romper o presente círculo de intransigência, reconhecendo que ao povo palestiniano não poderão ser negados os direitos políticos, nacionais e sociais que tornaram possível a existência e consolidação do Estado de Israel. É neste contexto que Portugal tem apoiado iniciativas diplomáticas, designadamente os esforços empreendidos no seio da CEE — que se espera venham substituir a actual confrontação por um necessário diálogo de paz e cooperação. Do mesmo modo, o recente plano avançado por sua alteza o príncipe herdeiro Fahd da Arábia Saudita representa significativa diligência política a que importa oferecer adequada atenção.

Ainda no quadro sombrio registado pela agenda desta Assembleia quanto à permanência de causas de tensão internacional, será justo registar com esperança os progressos realizados sob a égide da OUA relativamente ao problema da autodeterminação do Sahara Ocidental e saudar o espírito de negociação que hoje parece abrir caminho a uma solução democrática e à equitativa conciliação dos interesses legítimos das partes envolvidas.

Senhor Presidente,

Como é do conhecimento geral, a adesão tão rápida quanto possível do meu País às comunidades europeias, em que o Governo português continua decisivamente empenhado, reflecte as profundas realidades de natureza política, económica, social e cultural que nos identificam com os países membros daquelas comunidades. Este objectivo corresponde, de resto, às

legítimas aspirações do povo português e constitui uma das principais prioridades do Governo no âmbito da sua global e da sua correspondente actuação externa. Portugal encara como um desafio as importantes tarefas decorrentes da adesão, as quais deverão trazer significativas alterações e melhorias da estrutura económico-social do País. Partilhando o modelo de sociedade democrática e livre que vigora no quadro das comunidades, igualmente partilhamos o espírito de solidariedade que as caracteriza, não só na sua área geográfica como também a nível mundial.

Num plano mais vasto, vemos com preocupação que os esforços tendentes a diminuir as profundas disparidades existentes entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento não tem vindo a produzir os resultados desejados, o que em parte é consequência da presente crise económica que impede a disponibilidade de recursos adicionais para utilização na luta pelo desenvolvimento económico, está em posição de bem compreender as dificuldades com que nós e outros se debatem. Julgamos importantes todas as iniciativas em que todos os países devem participar, independentemente do seu nível de desenvolvimento ou do seu sistema económico-social que os rege. Só assim será possível manter vivo o diálogo Norte-Sul e promover o relançamento oportuno das negociações globais de que a comunidade internacional tanto espera. Com esse espírito tem Portugal participado activamente em diversas reuniões e conferências — das Nações Unidas, de que se destacam as consagradas — às fontes novas e renováveis de energia e aos países menos avançados. Apoiamos a ideia conducente

à próxima cimeira de Cancun, augurando que dela possa sair um melhor entendimento entre os países com maiores dimensões e consequente empenhamento e os que mais sofrem por carência de recursos.

Dois temas nos parecem sobressair pelo seu significado como questões principais na problemática do desenvolvimento: a energia e a alimentação. Interligadas e complementares, estas duas questões, importantes aliás para a generalidade da comunidade internacional, determinam em larga medida as possibilidades de se ultrapassar a fase de descolagem para o desenvolvimento. Na verdade, a escassez ou até inexistência de produtos energéticos e alimentares afligem mais de dois terços da humanidade em termos que comprometem toda a sua economia em consequência da crise dos produtos energéticos, e da aguda situação alimentar e agrícola mundial que se traduz no depletamento das reservas de cereais e no aumento do respectivo preço. Os países importadores, além de agravarem desmesuradamente as suas balanças de pagamentos, têm de afectar a estes consumos verbas tão necessárias para suportar as mudanças estruturais que lhes permitam avançar no caminho do desenvolvimento.

Senhor Presidente,

O meu País tem relações históricas com um grupo de nações que ocupam extensas áreas do que tradicionalmente é apelidado de terceiro mundo; com os governantes dessas nações temos vindo a desenvolver um esforço de cooperação que até agora tem assumido carácter predominantemente bilateral, mas que preten-

demos diversificar intensificando a nossa colaboração nesta área com terceiros países e agências especializadas. Prestamos desta forma a nossa contribuição para o esforço, que tem de ser de todos, no sentido de ultrapassar uma situação económica que contradiz o próprio progresso e que é atentatória da dignidade humana.

Senhor Presidente,

Cremos assim que a progressiva eliminação das tensões internacionais e divisões entre os povos tem um pressuposto fundamental na promoção e protecção mundial dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Julgamos que os direitos humanos devem ser encarados como parte integrante duma dimensão global, requerida para todas as actividades que prosseguimos com vista à promoção da justiça, segurança e desenvolvimento no mundo e a uma continuação frutífera do diálogo entre as partes actuantes na comunidade internacional.

É, aliás, como já vimos, um aspecto particularmente importante no contexto da presente situação internacional. Ocorrem violações graves dos direitos do indivíduo, verificam-se situações onde se desrespeita a dignidade da pessoa humana, onde se menosprezam os direitos dos povos à autodeterminação e independência e se faz tábua rasa da integridade territorial dos Estados soberanos e seu direito à livre escolha do regime por que querem ser governados. Violentam-se assim os fundamentos da sociedade democrática e da

convivência internacional, princípios básicos orientadores desta organização que, como Estados membros, nos obrigamos a respeitar, cumprir e promover.

É pois neste campo que as Nações Unidas, no cumprimento dos objectivos e princípios consagrados na Carta, tem a responsabilidade de promover e defender os direitos do homem, de fornecer aos países uma oportunidade de diálogo e cooperação na diversidade de sistemas e condições históricas e sociais que os regem. Na nossa opinião tal tarefa só pode ser levada a cabo através de um aumento de eficácia do sistema e dum aumento do seu poder de intervenção. Foi aliás esta posição que, ao longo de três anos, defendemos na comissão dos direitos do homem, em cujos trabalhos tivemos o privilégio de participar.

Senhor Presidente,

O Governo português atribui a mais alta importância à observância destes princípios, consagrados de forma clara e decisiva na nossa Constituição e integrados no quotidiano do povo português, conforme resulta do relatório apresentado por Portugal sobre a aplicação dos direitos consagrados no pacto internacional relativo aos direitos civis e politicos, apreciado na última (13.ª) Sessão do Comité dos Direitos Humanos.

Reiteramos, Senhor Presidente, a importância que atribuímos aos direitos civis e políticos, fundamento da nossa realidade histórica e, embora reconhecendo que o pleno gozo e garantia de tais direitos postule uma melhoria das condições económicas, sociais e cul-

turais reinantes, não podemos aceitar que a procura destas preceda a garantia do que consideremos direitos fundamentais, inerentes à própria dignidade da pessoa humana, que importa a todo o preço defender.

Porém, do nosso ponto de vista, mais que hierarquizar os vários tipos de direitos, importa garantir uma protecção cada vez mais lata e eficaz de todos os direitos. Guardemos pois a esperança de os ver concretizados.

É este um sector em que um papel primordial cabe à comunidade internacional e uma especial responsabilidade à Organização das Nações Unidas.

Por outro lado, no plano da defesa dos direitos dos povos, não quero deixar de notar que uma questão subsiste que vem recordando a nossa comum incapacidade de fazermos vingar os princípios da Carta e da lei internacional — na prática das Nações: refiro-me a Timor-Leste. Ano após ano se têm repetido aqui apelos e condenações decorrentes de uma situação que a moral e o direito reprovam e impede o povo timorense de exercer livremente o seu direito de autodeterminação. Consciente da responsabilidade que lhe cabe da defesa do futuro desse povo, a que se encontra historicamente ligado, e preocupado pelas difíceis condições e graves problemas que Timor-Leste defronta, o meu Governo tem mostrado uma disponibilidade de diálogo — aliás registada com certo pormenor no próprio relatório do secretariado — que infelizmente não tem colhido até agora resposta adequada. Apesar das dificuldades que este problema encerra, Portugal não deixará, contudo, de desenvolver e esgotar as iniciativas diplomáticas que, dentro do espírito

da Carta, possam defender os direitos nacionais e a identidade do povo timorense.

A responsabilidade de resolução deste problema é das Nações Unidas.

No entanto, Portugal, sem qualquer espécie de pretensões territoriais em relação a Timor-Leste, reconhece ter responsabilidades no sentido de ajudar a encontrar soluções consentâneas com o direito de autodeterminação dos povos.

Senhor Presidente,

São muitos e graves os problemas que, carecendo de urgente solução, se deparam à comunidade internacional. Sem a boa vontade dos povos na luta contra a miséria, a fome e a guerra, o engenho do homem e as potencialidades dos Estados continuarão erradamente vocacionados para a perpetuação de conflitos, esquecendo o progresso e o bem-estar da humanidade. Confiamos, Senhor Presidente, que o bom senso prevalecerá e que o mundo de amanhã verá progressivamente diminuídas as conflagrações que actualmente conhece. E pensamos que nessa indispensável concertação de esforços, importante papel caberá à Organização das Nações Unidas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

21-9-81.

IV

DIPLOMACIA PORTUGUESA INTERVEIO NA APROXIMAÇÃO ANGOLA-EUA (*)

Apesar de Portugal ser um pequeno país, «a diplomacia portuguesa teve fôlego para auxiliar a realização desse encontro», revelou ao *DN* o ministro Gonçalves Pereira, referindo-se às conversações efectuadas entre o secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig, e o seu homólogo angolano, Paulo Jorge. Esse encontro, na linha de um outro acontecido em Cabo Verde, entre o Presidente Leopoldo Senghor e o Presidente José Eduardo dos Santos, revela, na perspectiva do ministro português dos Negócios Estrangeiros, «o desejo de abertura de Angola a todo o Ocidente».

A visita presidencial a Moçambique, «que teve um significado histórico de virar de página, que é extremamente importante»; as declarações do Presidente Mtterrand sobre os imigrantes portugueses em França — que passarão a depender directamente de um Minis-

(*) *Diário de Notícias* de 21 de Dezembro de 1981.

tério da Solidariedade — e sobre a adesão de Portugal à CEE; os acontecimentos na Polónia e a instabilidade militar em Espanha, foram alguns dos tópicos da entrevista, gravada na última terça-feira, no Palácio das Necessidades.

Mas o ministro dos Negócios Estrangeiros falou também dos interesses estratégicos de Portugal face à entrada da Espanha na Organização do Tratado do Atlântico Norte, para afirmar que o Governo português obteve garantias de que «a eventual inserção da Espanha na organização militar (da NATO) não alterará as zonas de comando que interessam a Portugal».

No final da entrevista, e referindo-se às relações do Governo com a Presidência da República em matéria de política externa, o prof. André Gonçalves Pereira considerou que, do seu ponto de vista, «não está ainda suficientemente definida a partilha de competências entre os dois órgãos de soberania». E concluiu por afirmar: «Tenho conseguido, sob a orientação do sr. primeiro-ministro, assumir a condução da política externa portuguesa.»

A entrada da Espanha na NATO não altera posição de Portugal

Um balanço das acções recentes da diplomacia portuguesa e uma perspectiva das relações Governo-Presidência da República em declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros ao *DN*.

O Governo português «tomou as medidas necessárias e obteve as garantias indispensáveis» em relação à defesa dos interesses estratégicos de Portugal e face à previsível entrada da Espanha na organização militar da NATO, assegurou o ministro André Gonçalves Pereira, no decorrer da entrevista que concedeu ao *DN* na última terça-feira.

Dispensando a apresentação de um questionário prévio (o que não é regra geral entre homens públicos) e estabelecendo balizas rigorosas de tempo (sessenta minutos pontualmente iniciados à hora marcada), o ministro pronunciou-se sobre diversos temas da actualidade internacional, nomeadamente sobre a questão polaca e a situação angolana, defendendo, neste último caso, que «é através da independência da Namíbia (...) que se processará a estabilização da situação no Sul de Angola e, consequentemente, a saída das tropas cubanas».

A viagem presidencial a Moçambique e as relações entre o Governo e a Presidência da República em matéria de política externa foram outras das questões comentadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros. Sobre a primeira, considerou que foi «altamente positiva» e teve «um significado histórico de virar da página». Sobre a segunda, lamentou que «a partilha de competências entre os dois órgãos de soberania» não esteja ainda suficientemente definida.

— Tendo decorrido há poucos dias a visita oficial de François Mitterrand a Lisboa, gostaríamos que nos

referisse os resultados das conversações então realizadas, nomeadamente no que respeita à entrada na CEE e à separação dos «dossiers» de Portugal e da Espanha.

— Ainda antes desse ponto, queria mencionar que a viagem foi também extremamente importante num outro aspecto que interessa a todos os portugueses e que é a situação da comunidade portuguesa em França. Efectivamente, quer o Presidente Mitterrand, quer o ministro das Relações Exteriores, Cheysson, reafirmaram, não só em público mas ainda com maior pormenor nas reuniões de trabalho, esta ideia que é particularmente interessante e importante para os Portugueses: a ideia de que aqueles que contribuíram para a prosperidade da França, enquanto o progresso e a economia europeus estavam em via ascensional, não verão agora fechadas as portas da França, no momento em que há recessão e dificuldades internacionais. É uma ideia interessante, é uma ideia generosa que está dentro do espírito da criação do novo Governo francês, de um Ministério da Solidariedade, de que depende directamente a situação dos emigrantes, e que foi naturalmente uma ideia que o Governo português acolheu com agrado. Simultaneamente, houve a garantia, que foi reafirmada pelo Presidente e pelo ministro, de que não haveria entraves à remessa do produto do seu trabalho por parte dos imigrantes.

Outra questão que foi focada e para a qual o Governo francês prometeu também a sua melhor atenção foi a regularização da situação dos imigrantes portugueses que se encontram irregularmente em França

por terem entrado clandestinamente. O Governo francês tomou já medidas, que posso qualificar de generosas, a esse respeito. Foram apontados casos concretos em que talvez as medidas tomadas pelo Governo francês não sejam suficientes, e o Governo francês prometeu a melhor atenção para essas questões. Portanto, neste ponto, os resultados da visita do Presidente Mitterrand foram positivos.

Voltando à questão que me pôs, relativa à integração europeia, a visita também foi extremamente positiva, quer nas declarações públicas do Presidente Mitterrand, nomeadamente no discurso da Ajuda e na conferência de Imprensa, quer ainda, com maior pormenor, nas conversas que tive com Claude Cheysson.

A França reconhece que os processos espanhol e português para a integração europeia são essencialmente diferentes. É uma tese que o Governo português tem sempre sustentado, não por uma questão de primazia — nós não estamos em corrida com ninguém —, nem temos obviamente nenhum desejo de atrasar a entrada da Espanha; só o que desejamos é que o nosso processo não seja prejudicado por questões em que nós não temos intervenção. Ora, é natural que a dimensão da economia espanhola e as suas interligações, nomeadamente com a economia francesa, ponham problemas de maior dimensão à França do que a adesão portuguesa. Efectivamente, assim é. Por isso, nós temos vindo a pedir que não haja globalização no exame dos dois processos, porque isso significaria que alguma demora na adesão da Espanha implicaria idêntica demora no nosso processo. Esta, a decisão agora tomada por parte da França, pelo Presidente Miter-

rand. Isto não significa, naturalmente, que não haja ainda muitos problemas a negociar, quer com a França, quer com os demais países, quer com as instituições comunitárias. Mas deu-se um passo muito importante. E embora Mitterrand, ao admitir a separação de processos, tenha tido o cuidado de referir que falava em nome da França e que não podia falar em nome dos dez países da CEE, nós sabemos, por declarações que repetidamente nos foram feitas, que os nove outros países não insistem pela globalização, não levantam qualquer obstáculo à separação. Disse-o ainda há poucos dias, ao primeiro-ministro de Portugal, a sr.ª Margaret Thatcher, primeiro-ministro da Grã-Bretanha. Têm-no dito, também, os ministros dos outros países responsáveis; disse-o recentemente o ministro Emílio Colombo, da Itália. Isto leva-nos, portanto, a pensar que esta posição da França possa contribuir para um exame separado dos dois processos. E isso, naturalmente porque o caso português é menos significativo no conjunto europeu, pode levar a uma mais rápida solução destes assuntos. Neste sentido, vamos desenvolver iniciativas diplomáticas — e devo dizer-lhe que essas iniciativas serão desenvolvidas ao mais alto nível, contando-se empreender visitas aos países da Comunidade e aos órgãos comunitários.

— Face à situação que acaba de referir, prevê que o calendário estabelecido para a adesão possa vir a ser cumprido?

— É extraordinariamente difícil — e a experiência recente demonstra-o — fazer uma previsão exacta. O

que posso dizer-lhe é que estamos, neste momento, animados em pensar que a assinatura do tratado de adesão seja possível antes do final de 1982, dentro de um ano, portanto, guardando o ano de 1983 para as ratificações pelos dez Estados e sendo 1 de Janeiro de 1984 a data da efectiva adesão de Portugal. No entanto, devo dizer-lhe com toda a sinceridade: já nos temos enganado nestas previsões, como aliás outros responsáveis. Portanto, não é um calendário que possamos adiantar como seguro; é um calendário para o qual nós vamos trabalhar e que pensamos que é possível tentar manter. Não depende só de nós, é preciso que as boas-vontades que têm sido manifestadas pelos responsáveis políticos se concretizem também ao nível da execução.

Polónia

— Os acontecimentos da Polónia abalaram a opinião pública em todo o Ocidente, se bem que não fossem totalmente inesperados. O ministro português dos Negócios Estrangeiros teve conhecimento prévio da iminência dos acontecimentos?

— Conhecimento prévio, exactamente, do que se ia passar, não tive. Mas é evidente que, durante a semana passada, houve acontecimentos, nomeadamente o adiamento de visitas a realizar à Polónia e o apressar de certas reuniões que estavam a decorrer em Varsóvia, que faziam pensar que alguma coisa se iria passar. E evidentemente que aquilo que se passou era um dos cenários possíveis — já previstos, aliás, no seio da

Aliança Atlântica. Mas eu não sabia, nem ninguém em Portugal sabia, exactamente, aquilo que se iria passar. Esta afirmação pode ter um tom ligeiramente categórico, mas é minha convicção pessoal de que não havia ninguém em Portugal que estivesse informado.

— *A actual situação na Polónia e a sua previsível evolução constituirão ameaça real para a paz na Europa e para a paz no Mundo?*

— Do meu ponto de vista e do ponto de vista do Governo, expresso repetidas vezes em Conselho de Ministros, a situação é já extremamente grave, embora infelizmente possa tornar-se mais grave ainda. Neste momento, não há sinais de movimento de tropas soviéticas nem de outros países do Pacto de Varsóvia, pelo que não se pode dizer que tenha sido registada uma intervenção militar estrangeira, como sucedeu na Hungria e na Checoslováquia. No entanto, há, na Polónia, 60 mil soldados soviéticos e há cerca de 48 mil na fronteira da República Democrática Alemã com a Polónia. Há, portanto, aí, já elementos que não estão em acção, mas cuja presença é evidentemente uma ameaça. Por isso nós consideramos que os acontecimentos são já muito graves, porque, embora revistam um aspecto interno polaco, transcendem esse aspecto. E é por isso que o Governo sentiu-se não só no dever, mas no direito, de fazer saber os seus pontos de vista sobre o assunto, tal como têm feito outros governos. Devo dizer, por exemplo, que o primeiro-ministro francês publicou, no domingo, uma declaração em que manifestava a sua preocupação pelos acontecimentos na

Polónia, para além de ter anulado a visita que deveria fazer àquele país. Porque é que nós consideramos que não se trata de um mero acontecimento interno? Naturalmente, Portugal respeita os problemas internos dos outros países. Simplesmente, o acontecimento não é meramente interno porque ele deriva, a nossa ver, das pressões exercidas pela União Soviética sobre a Polónia. Essas pressões são inúmeras. Recordo a nota enviada pelo Governo de Moscovo ao Governo de Varsóvia, a 17 de Setembro deste ano, em que havia uma ameaça mais ou menos velada de intervenção. E é evidente que estas acções tomadas pelo Governo de Varsóvia são fruto de uma pressão estrangeira. Sobre isso, não temos dúvidas nenhumas e devo dizer que, no Ocidente, não há nenhumas dúvidas e, mesmo na Polónia, poucas dúvidas haverá. Poderá haver pessoas que pensam que isto evitou um mal maior, o qual seria uma efectiva intervenção armada soviética com efusão de sangue. No entanto, e como eu disse, a questão não é meramente interna. Há questões que aparentam ser internas, mas que assumem uma relevância internacional tal, que outros países se devem sobre elas pronunciar. Como o caso do «apartheid»: todos os órgãos de soberania em Portugal se têm manifestado contrários ao «apartheid». Trata-se de um problema exclusivamente interno da África do Sul, que não pretende exportar o «apartheid». Nós, no entanto, entendemos, quer o sr. Presidente da República na sua recente deslocação à África, quer o Governo que, embora a natureza interna do problema seja óbvia, ele é sujeito à crítica internacional, porque é uma violação

dos direitos do homem e porque a sua existência ameaça a paz na África Austral.

Ora, o que sucede na Polónia é muito semelhante, guardadas as proporções. É uma acção que aparentemente se passa no interior do país, mas que representa uma violação dos direitos do homem, uma violação das liberdades sindicais que obviamente ameaça a paz, porque é um passo mais para uma possível intervenção soviética.

Por outro lado, e de um ponto de vista estritamente jurídico, a Polónia e Portugal são signatários da Acta Final de Helsínquia, 1975, em que ambos os países se comprometeram a respeitar um grande número de liberdades públicas, nomeadamente a liberdade de expressão e de reunião, o direito à liberdade individual e a liberdade sindical. Todos esses direitos têm sido sistematicamente violados, eu diria em praticamente todos os países do Pacto de Varsóvia. Podemos referir o caso dos dissidentes na União Soviética, a prisão de milhares de dirigentes sindicais na Polónia, a prisão — que não está ainda confirmada, mas que se anuncia — do dirigente Lech Walesa, que são exemplos de violação flagrante de compromissos internacionais. O Governo português não se pode colocar numa situação de simples remessa ao silêncio perante factos que afrontam a dignidade do homem e os compromissos internacionais pactuados. Acresce que, embora nós não tenhamos ainda comunicação directa com a Embaixada de Portugal em Varsóvia, o Governo português está suficientemente informado do que se passa, quer pelos meios de comunicação quer por contactos com países europeus membros do Pacto do Atlântico, para

se poder pronunciar, com tranquilidade e conhecimento de causa, sobre a situação existente na Polónia. O mesmo fizeram não só vários outros governos mas até — e gostaria de mencioná-lo — partidos comunistas da Europa Ocidental. O Partido Comunista Holandês foi particularmente veemente nessa condenação; o Partido Comunista Espanhol acaba de fazê-la. Seria estranho que, quando partidos ligados ao Partido Operário Unificado Polaco pelos laços de solidariedade da Terceira Internacional não se inibem de tomar esta posição, um Governo cujas opções são claramente diferentes não o fizesse. O Governo português está, pois, não só a cumprir um dever mas também a exercer um direito inalienável ao condenar a situação existente na Polónia. E fá-lo, ainda, ao abrigo das disposições constitucionais: o artigo 7.º da Constituição consagra o direito à autodeterminação de todos os povos, que é precisamente aquilo que se recorda e exige. Quero, aliás, mencionar que, ao contrário do que tem sido dito, a generalidade dos Governos e Parlamentos ocidentais, incluindo praticamente todos os membros da NATO, têm condenado publicamente a acção do Governo polaco. Mas o Governo português determina-se por si próprio e não tem lições a receber nesta matéria.

— Em que medida irá a situação na Polónia afectar o andamento das conversações de Genebra entre os Estados Unidos e a União Soviética?

— Não estou em condições, neste momento, de responder a essa pergunta, embora tenha estado em comunicação com uma das partes nessas conversações.

Não tenho, no entanto, elementos seguros que me permitam responder-lhe, mas posso dizer que o agravamento da situação polaca certamente terá incidências sobre as conversações de Genebra, e não serão, naturalmente, incidências favoráveis.

NATO

— *Durante uma visita recente de jornalistas portugueses à sede da NATO, foi-nos afirmado, repetidas vezes, que qualquer debate sobre atribuição ou redefinição de comandos seria feito posteriormente à entrada da Espanha na Organização Atlântica. Esse «timing» de decisões poderá vir a ser prejudicial a Portugal?*

— Não sei quem lhe terá dado essas informações... Suponho que funcionários da NATO...

— *Exactamente.*

— Essa informação é formalmente exacta, mas substancialmente não é. É formalmente exacta porque o Tratado da Aliança Atlântica de 4 de Abril de 1949, ao qual a Espanha agora vai aderir, é diferente da organização militar da NATO na qual a Espanha ainda não entrou, embora se presuma que venha a aderir. As suas estruturas não são coincidentes; aliás, a França é membro da primeira e não da segunda. Daí a ideia — aliás já expressa em vários jornais, nomeadamente no *DN* — de que existe aqui uma dualidade de momentos que seria desfavorável a Portugal: a Espanha aderia primeiro à Aliança Atlântica e depois, evidente-

mente já numa situação de estado-membro, iria discutir a sua participação na organização militar. Ora, o Governo português, por mais incompetente que o seu ministro dos Negócios Estrangeiros seja, tem, no entanto, conhecimento desta modalidade da Organização. E, portanto, tomou as medidas necessárias e obteve as garantias indispensáveis previamente à assinatura do protocolo de adesão que eu tive o prazer de assinar, na quinta-feira passada em Bruxelas. Quer dizer, vale aqui a regra da unanimidade, como também valerá para a adesão da Espanha à organização militar. Mas para evitar que surgissem problemas, o Governo português consultou todos os demais sectores interessados e o próprio Governo espanhol, tendo obtido de todos a segurança de que a inserção eventual da Espanha na organização militar não alteraria as zonas de comando que interessam Portugal e, portanto, não poria em jogo os interesses estratégicos de Portugal. Em duas palavras, pode-se dizer que a orientação que se desenha é para que a Espanha seja integrada no Comando Europeu — Saceur (Supreme Allied Command Europe), com sede em Bruxelas, ao passo que o território português continuará integrado no Saclant (Supreme Allied Command Atlantic), com sede em Norfolk, nos Estados Unidos e com um comando aqui em Lisboa — o Iberlant. A ser assim, não haverá, pois, qualquer alteração nas zonas de comando que interessam a Portugal. Se assim não suceder, e se se viesse a verificar qualquer alteração que fosse contrária aos interesses estratégicos portugueses, então Portugal, dada a exigência da regra da unanimidade, estará em perfeitas condições para discutir e, eventualmente, obs-

tar, a que assim seja. Portanto, embora eu compreenda alguma preocupação histórica na opinião pública — porque não podemos esquecer que a História de Portugal regista algumas influências, nem sempre positivas, nas nossas relações com a Espanha — devo dizer que esses receios, compreensíveis em certos meios mal informados, me parecem de estranhar em quem tem, ou teve, responsabilidades na esfera internacional.

— Continuando a falar de Espanha: a actual instabilidade no meio militar espanhol oferece riscos para Portugal?

— Começarei por dizer que não me cabe fazer observações sobre a situação interna em Espanha, embora, como pode supor, nós a acompanhemos com a maior atenção. Posso dizer-lhe, por exemplo, que passei aqui, neste gabinete, toda a noite de 23 de Fevereiro: isso, só por si, demonstra que tudo o que se passa em Espanha tem, virtualmente, repercussões em Portugal. E se se verificasse, agora, uma deterioração grave da situação das instituições democráticas em Espanha, eu receio que isso viesse a ter alguma influência certamente não positiva. As nossas instituições democráticas estão a funcionar, mas são ainda relativamente jovens, há ainda certos indícios de fragilidade e não convirá pô-las à prova de uma influência do sentido que acabo de mencionar. Nós, portanto, repetindo que não queremos emitir opiniões sobre a evolução da situação interna em Espanha, fazemos todos os votos para que as instituições democráticas do Estado espanhol possam vencer as dificuldades que enfrentam e estou con-

vencido, inclusivamente, de que a adesão da Espanha à Aliança Atlântica será, entre outros, um factor de estabilização.

Moçambique

— Poderia fazer-nos um balanço da viagem presidencial a África, em que o sr. ministro também participou?

— Com certeza, embora deva dizer-lhe que a viagem foi do sr. Presidente da República e caberá ao sr. Presidente da República fazer o balanço de forma mais autorizada do que eu posso fazer. No entanto, eu participei na visita e posso portanto transmitir o meu ponto de vista — e não é um ponto de vista pessoal, mas o ponto de vista do Governo que participou na organização e na realização da visita. A visita foi altamente positiva em Moçambique e também positiva, embora naturalmente menos significativa, na Zâmbia e na Tanzânia. Em Moçambique, a visita teve um significado histórico de virar da página, que é extraordinariamente importante. Depois da descolonização, há sempre um determinado período em que as relações entre o novo país e a ex-metrópole estão vincadas por traços de amargura em ambas as partes — e isto sucedeu em todos os países que descolonizaram. Em França, por exemplo, ainda há sequelas da guerra da Argélia (veja-se a polémica agora levantada a propósito da eventual devolução à Argélia dos arquivos históricos relativos àquele ex-território francês, o que mostra bem que não estão ainda definitivamente ul-

trapassados os traumas da descolonização). Em Portugal, não sei se estarão também completamente ultrapassados, mas temos a impressão de que certamente por parte dos órgãos de soberania e da principal parte da opinião pública, está efectivamente virada a página.

Por parte do Estado moçambicano, nós também pensamos que esta página está em vias de ser ultrapassada. É evidente que a descolonização não provoca apenas traumas no colonizador, provoca-os também no colonizado e há uma fase em que naturalmente se imputam ao ex-colonizador todos os defeitos e inconvenientes ou carências da sociedade. Essa fase, que existiu em todas as ex-colónias, está em vias de ser ultrapassada. O tempo passa e vai sarando as feridas que podem ser saradas. Por outro lado, Moçambique encontra-se numa fase do seu desenvolvimento económico e social em que tem muito a beneficiar do auxílio económico e técnico que os Portugueses lhe possam prestar. E digo «os Portugueses» voluntariamente, porque não se trata apenas de tarefas de Estado a Estado que devem ser feitas, mas de tarefas individuais, feitas por indivíduos na qualidade de cooperantes, ou feitas por empresas.

O entusiasmo com que o sr. Presidente da República foi recebido pela população, não só do Maputo mas de todas as áreas que visitou em Moçambique, mostra bem que, de facto, na população moçambicana não há qualquer ressentimento contra Portugal. E eu diria até, pelo contrário, que há um sentimento de aproximação natural, espontâneo, que foi, aliás, extremamente caro, mesmo enternecedor, para qualquer português verificar. A visita foi, portanto, extre-

mamente oportuna por dar ao mundo testemunho desse reatar de relações, que, aliás, já deriva fundamentalmente do VI Governo constitucional e da iniciativa do dr. Sá Carneiro, que escreveu uma carta ao Presidente Samora Machel e que abriu a página para um novo entendimento entre os dois Estados. O Presidente Samora Machel teve ocasião de me dizer pessoalmente e, aliás, também o disse em público, que considerava que o primeiro-ministro Sá Carneiro tinha sido o principal promotor da conciliação entre os dois povos. Vale a pena mencionar que, aquando do trágico falecimento do dr. Sá Carneiro, o Presidente Samora Machel foi pessoalmente à Embaixada de Portugal assinar o livro de condolências, o que protocolarmente não lhe era exigido e foi uma demonstração de apreço pelo Governo da Aliança Democrática, continuador da obra do dr. Sá Carneiro, como o Presidente Machel me garantiu pelo convite dirigido ao dr. Pinto Balsemão para visitar oficialmente Moçambique.

Eu disse há pouco que, menos importante do que a visita a Moçambique, fora a viagem à Zâmbia e à Tanzânia. Não quereria, no entanto, ser mal interpretado ou interpretado com menos cortesia para com esses países que convidaram o sr. Presidente da República. As visitas foram importantes, mas, evidentemente, não temos com esses países laços semelhantes aos que nos unem a Moçambique. No entanto, as conversas, nomeadamente com o Presidente Kaunda e com o Presidente Nyerere, que são homens de grande experiência e de grande prestígio em Áfri-

ca, tiveram a maior importância e vão ser seguidas por outros contactos.

— No contexto do diálogo euro-africano, o Presidente Mitterrand referiu-se, em Lisboa, a um triângulo entre Portugal, França e África. Considera que há possibilidades de uma pronta concretização dessa cooperação triangular?

— Não só considero, como acho que já existem várias acções nesse sentido. O Presidente Mitterrand disse, aliás, que a cooperação da França com África passaria por Lisboa: nalguns casos, será assim, noutros haverá uma acção directa da França, como é evidente, mas há toda a vantagem em que a França e Portugal coordenem esforços para projectos concretos, desde que seja esse o desejo do Estado em que se realizará o projecto. Essa cooperação triangular terá, sem dúvida, vantagens mútuas, mas não é só com a França que nós a prevemos. Também com a Inglaterra, com a Suécia, com a qual, de resto, já há acções concretas e com outros países ainda.

— O Presidente José Eduardo dos Santos falou, recentemente, em normalizar as relações de Angola com os Estados Unidos. O secretário de Estado Haig recebeu, há dias, Jonas Savimbi, em Washington. Poder-se-á esperar alguma mudança na atitude da Casa Branca para com o Governo de Luanda?

— Devo dizer-lhe que na declaração do Presidente José Eduardo dos Santos, não há nenhum elemento

novo. Angola nunca se recusou a ter relações com os Estados Unidos. O Governo angolano sempre manifestou a disposição de manter relações diplomáticas, ou outras, com os Estados Unidos. O que há de novo a assinalar é, sobretudo, a deslocação do Presidente José Eduardo dos Santos a Cabo Verde e o seu encontro com o Presidente do Senegal que — e não é segredo para ninguém — irá culminar com o estabelecimento de relações diplomáticas entre Angola e o Senegal, que nunca houve desde a independência de Angola e que só por si significa o desejo de abertura de Angola a todo o Ocidente. Mas, como lhe dizia, nunca houve, por parte do Governo de Luanda, recusa em estabelecer relações com os Estados Unidos. O Governo dos Estados Unidos é que, desde a independência de Angola, não tem mantido relações diplomáticas (e escassas outras relações) com o Governo de Luanda, sobretudo devido à presença de tropas cubanas no território angolano. No entanto, já houve um encontro este ano, entre o secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig, e o ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, Paulo Jorge. E devo dizer-lhe que embora Portugal seja um elemento não muito importante nestas coisas, a diplomacia portuguesa teve fôlego para auxiliar a realização desse encontro.

— *A opinião pública não sabia desse pormenor...*

— Ficará a saber pelo *Diário de Notícias*.

Ao mesmo tempo, ainda há dias, altos responsáveis americanos receberam o dr. Jonas Savimbi, mas

simultaneamente declararam que mantinham também contactos com o Governo de Luanda o que não parece significar, por parte dos EUA, a escolha de um interlocutor em detrimento de outro. Também recordo que, no contrário do que se ouviu dizer, a Emenda Clark não foi revogada. De facto, o Senado americano manifestou-se favoravelmente à revogação da Emenda Clark — que proibia o auxílio a movimentos no interior de Angola, o que poderia ser interpretado como uma atitude desfavorável ao MPLA — mas o processo legislativo não foi completado e a Emenda Clark continua em vigor. Portanto, a situação não se alterou substancialmente. Nós esperamos — e a diplomacia portuguesa tem feito alguma coisa nesse sentido, quando é solicitada pelos estados interessados — alguns resultados. Temos tentado abrir pontos de comunicação entre o Governo angolano e o Governo dos Estados Unidos. Pensamos que é numa cooperação com os países do Ocidente que Angola pode — se for essa a sua opção — encontrar as vias mais profícuas para o desenvolvimento económico das potencialidades do seu território e para a solução dos problemas do seu subdesenvolvimento económico e social.

A fronteira Sul de Angola tem sido frequentemente violada pela África do Sul, o que não facilita, naturalmente, a resolução dos seus problemas internos. O Governo português tem, várias vezes, emitido a opinião de que é através de alguma segurança das fronteiras do Sul de Angola que a reestruturação do Estado angolano se poderá reforçar, com a indispensável saída das tropas cubanas do território de Angola. Nenhum Estado deseja ter tropas estrangeiras no seu

território. E estou convencido de que o Governo de Angola veria com bons olhos a saída das tropas cubanas do seu território. Além do mais, elas constituem um pesado encargo financeiro. É portanto através da independência da Namíbia e se essa independência for viável, segura e garantida pelas potências ocidentais — o que representará também uma garantia de segurança para a fronteira Sul de Angola — que se processará a estabilização da situação no interior de Angola e, consequentemente, a saída das tropas cubanas. Mais uma vez, portanto, repito que as duas acções — independência da Namíbia e saída das tropas cubanas de Angola — são ambas desejáveis e ambas devem ser efectuadas. E é convicção do Governo português que estamos a caminhar nesse sentido.

— *Na condução da política externa portuguesa, o sr. ministro já conheceu pontos de conflito com o sr. Presidente da República?*

— O termo conflito não seria o mais adequado. Devo, aliás, dizer que aí intervêm razões pessoais e quer o sr. Presidente da República, quer eu próprio — se me permite uma referência pessoal — somos demasiado corteses para que essa situação conflitual aconteça. As situações constitucionais são diferentes. O Presidente da República é o primeiro dos Portugueses. É, além disso, um presidente eleito por sufrágio universal. Compete-lhe uma função de representação do País na ordem externa. Não lhe compete a condução ou a definição da política externa. Estes são elementos que integram a política geral do País, cuja

condução cabe ao Governo. Portanto, estas duas ideias — representação externa do País, que cabe também ao sr. Presidente da República, e definição de política externa, que cabe ao Governo — exigem para funcionarem, como funcionam noutros países, concertação prévia entre esses órgãos de soberania. Esta concertação passaria por uma definição mais apurada dos limites, nem sempre fáceis de estabelecer, entre o que é representação externa e o que é definição e condução da política externa. Em meu entender, essa tarefa de definição, que é uma obra humana, feita por homens, enferma de falhas humanas. Não está, a meu ver, suficientemente definida, ainda, a partilha de competências entre os dois órgãos de soberania. O termo *conflito* seria, portanto, exagerado. Entendo, no entanto, que há um certo grau de indeterminação. Mas devo dizer que tenho a consciência dessas dificuldades e tenho conseguido, sob a orientação do sr. primeiro-ministro, assumir a condução da política externa portuguesa. E as grandes linhas da política que tem vindo a ser seguida, neste ano de 1981, são sempre, sob a orientação do sr. primeiro-ministro, da minha exclusiva responsabilidade e de mais ninguém. É evidente que não esqueço que há certos actos previstos no artigo 138.º da Constituição que são da competência do sr. Presidente da República, sempre por proposta do Governo: nomeação de embaixadores, acreditação de embaixadores. Competência substancial na condução da política externa cabe ao Governo, com uma única excepção: o artigo 307.º da Constituição confere não só ao Governo mas, em primeiro lugar, ao sr. Presidente da República, assistido pelo Con-

selho da Revolução, o dever de garantir o direito à independência de Timor-Leste. Esta competência específica está garantida na Constituição. Essa não a contesta, naturalmente, o Governo ao sr. Presidente da República.

V

A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA (*)

1 — Introdução

Volvidos cerca de 18 meses do exercício das funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, é momento de fazer um primeiro e necessariamente sumário balanço do que tem sido a política externa portuguesa neste período, e as perspectivas imediatas que se lhe deparam; será também ocasião de satisfazer muitos e justificados pedidos de esclarecimento de que a comunicação social se tem feito eco, ou seja prestar contas ao País.

Não é porém desnecessário lembrar que a lei atribui, com raras excepções pontuais, ao ministro dos Negócios Estrangeiros a responsabilidade exclusiva

---

(*) Alocução proferida no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 7 de Junho de 1982.

pela condução da política externa portuguesa, e mais em geral, da actividade internacional do Estado. No exercício dessas funções sou politicamente responsável perante o primeiro-ministro mas não tenho superior hierárquico nem recebo instruções ou ordens de ninguém. Esta responsabilidade política traduz-se por estar este cargo permanentemente e por definição à disposição do primeiro-ministro. Mas só este, e não o ministro dos Negócios Estrangeiros, é responsável perante outros órgãos de soberania, em última análise perante a Nação.

É certo que este entendimento nem sempre tem sido praticado com rigor, sendo constantes as interferências quer de outros departamentos governamentais, quer de outros órgãos de soberania, em matérias que relevam da política externa. Não me refiro ao primeiro-ministro, pois as acções deste, sempre legitimadas pela sua responsabilidade constitucional de orientação da política geral do Governo, tiveram sempre o meu acordo, ou foram realizadas por este Ministério ainda que por recomendação do Chefe do Governo.

Mas refiro-me naturalmente ao Presidente da República, do qual direi tranquilamente, e sem qualquer intuito polémico, que a sua intervenção directa ou indirecta nem sempre se tem confinado aos limites constitucionais.

Neste ponto a Constituição é perfeitamente clara: com excepção dos actos formais previstos no artigo

138.º da Constituição — e sem falar já no sempre esquecido artigo 307.º que refere a competência presidencial quanto a Timor-Leste — ao Presidente da República apenas cabe uma função de *representação* externa, sendo a definição e orientação da política externa, parte da política geral da Nação, da competência exclusiva do Governo. Significa isto que é necessária uma coordenação entre o Presidente da República e o Governo que permita ao primeiro estar plenamente informado da política externa do Estado, e ao segundo ter a certeza de que as actuações do Chefe de Estado não possam criar dúvidas em terceiros sobre as linhas seguidas.

Isto não tem sucedido desde que assumi estas funções; mas antes de entrar nesta análise quereria dizer que não é de estranhar que tal não suceda: o vício é do sistema. O regime semi-presidencialista só pode eficazmente funcionar quando há consonância entre o Chefe do Estado e a maioria parlamentar, como derivou das duas eleições francesas de 1981 — o que significa que o Chefe do Estado é o chefe do partido político predominante, e absorve a legitimidade do poder. Se porém, como entre nós derivou das duas eleições de 1980, Chefe do Estado e Parlamento são de sinal político diverso, o conflito é quase inevitável. Só um Chefe de Estado que não derive do sufrágio universal pode aceitar que a condução da coisa pública efectivamente lhe não pertence — assim Papandreou pode governar sob a presidência de Karamanlis, como amanhã Felipe Gonzalez poderá eventualmente fazê-lo com Juan Carlos no trono.

Em Portugal é a eterna influência castrense nos negócios públicos que explica que o Presidente da República, sendo militar, não pertença a qualquer partido e, eleito pelos seus méritos individuais e por um fenómeno de identificação com o Povo que é inegável, e que não se dava entre nós desde D. Miguel, nunca possa estar em consonância com *qualquer* maioria parlamentar. No caso concreto o Presidente tem de — por ausência de alternativas válidas — manifestar a sua confiança política a um primeiro-ministro que normalmente não a teria nem desejaria, por representar não só um ideário mas também um eleitorado diferente. Mas o funcionamento da máquina do Estado leva depois ao confronto em várias áreas, nomeadamente na política externa, de que um Presidente eleito pelo sufrágio universal não pode desinteressar-se, mas que constitucionalmente não pode conduzir.

Há que reconhecer aliás que os outros países não podem conceber que efectivamente o Presidente não seja o condutor da política externa, e por isso os Chefes de Estado estrangeiros que têm funções políticas efectivas vêem no Presidente da República o seu interlocutor natural.

Acresce que o que se sabe dos trabalhos da Revisão Constitucional não alterará este esquema de relações.

Por outro lado não custa, ao independente que sou não só por ausência de filiação partidária, mas por natureza, reconhecer que por vezes dos sectores

genericamente afectos à Aliança Democrática, têm partido provocações ou provas de menos respeito para com o Chefe do Estado que não ajudam à cooperação entre Órgãos de Soberania.

Limito-me a verificar que — sem entrar na enumeração de assuntos que constituem segredo de Estado — o Presidente da República pratica actos com incidência grave na política externa sem conhecimento do Governo. Mas como não tem por si meios de actuação, essas iniciativas só terão a sequência que o Governo entender dar-lhe.

Esta política externa a duas vozes é prejudicial aos interesses do Estado. Curiosamente as opções do Presidente da República em matéria de política externa não são muito diversas das do Governo — quanto à NATO, quanto à CEE, quanto à política africana — e neste último caso como deixar de reconhecer que tem servido o interesse nacional pelas suas iniciativas? Mas são expressas sem coordenação; na última mensagem de Ano Novo, o Presidente da República afirmou, quanto à política externa que «será indispensável assegurar uma efectiva unidade política neste domínio», reconhecendo assim que esta unidade — que aliás no contexto aparece concebida como liderada pelo Presidente — não existe neste momento. E efectivamente assim é.

Devo dizer com sinceridade que penso não me caber responsabilidade nesta ausência de coordenação; por mim, nunca ocultei ao Presidente da República

qualquer, por menor que fosse, aspecto relevante das minhas iniciativas em matéria de política externa, e nunca utilizei outras vias de comunicação que não fossem — ainda que secretas — do conhecimento do Presidente da República. Lamento ter de dizer que a recípocra não é verdadeira.

Torna-se necessário referir a inadequação da actual estrutura deste Ministério às missões que lhe são confiadas. Desde 1974 para cá o número de missões diplomáticas e postos consulares de carreira no estrangeiro passou de 92 para 132; mas sobretudo a reinserção do País na vida nacional internacional de que estivera longamente afastado; a crescente participação na actividade das organizações internacionais de carácter quer político quer técnico, e sobretudo as tarefas que se prendem com a negociação e futura pertença à Comunidade Económica Europeia, implicam um aumento desmedido das actividades a desenvolver. Ora os efectivos humanos são essencialmente os mesmos sem ignorar a importância do alargamento recentemente conseguido. Os meios financeiros são em termos reais inferiores aos que eram antes de 1974. Significa isto que esta casa defronta gravíssimos problemas estruturais que tenho vindo a procurar vencer, e alguma coisa se dirá a este respeito mais adiante.

2 — Objectivos gerais

Os objectivos gerais da acção externa do Estado derivam em primeiro lugar de condicionalismos geográficos e históricos e culturais que são do conheci-

mento geral, e que levam a grandes opções que reúnem na Nação Portuguesa, para além de naturais divergências na execução, um consenso muito amplo que abrange não só mais de 3/4 do eleitorado, mas também todos os órgãos de soberania de origem democrática: a nossa integração na Aliança Atlântica e no modelo de vida das democracias ocidentais, a opção pela adesão à Comunidade Económica Europeia, e a recusa de um neutralismo, desaconselhado pelos condicionalismos atrás referidos. Mas não deve pensar-se que a posição portuguesa não tem especificidade no conjunto dos países ocidentais. A Nação é inseparável da sua história, que não renega; e da sua própria formação cultural faz parte uma relação específica, que deriva do esforço histórico, com outros continentes, assumindo neste contexto particular importância as relações com os demais países que têm como língua veícular o nosso idioma, e cujas raízes culturais, que lhes permitem a sua própria identidade nacional, estão estreitamente ligadas ao nosso próprio percurso histórico-cultural.

Aliás, se assim não fosse, a nossa pequenez territorial, a escassez dos nossos recursos económicos e a inadequação dos nossos meios de defesa relegar-nos-iam a um papel secundário, quando não mesmo marginal, na família das nações ocidentais, que não aceitamos nem aceitaremos.

A nossa inserção no diálogo Norte/Sul não é pois uma mera elegância de linguagem ou culto do paradoxo — é uma linha de força da nossa acção política,

e, ao mesmo tempo, um instrumento da nossa acção diplomática dentro da nossa própria família de nações.

Poderia dizer-se, em duas linhas, que a finalidade da acção externa do Estado é assim a *segurança nacional*, num sentido muito amplo, que abrange muito mais que a Defesa, na medida em que a redução da dependência económica externa e a difusão da nossa acção cultural são de tal segurança elementos essenciais; nela se abrange também a manutenção dos vínculos e a possível protecção dos interesses dos núcleos portugueses ou luso-descendentes no estrangeiro.

3 — Relações Leste-Oeste

Pertencemos à Aliança Atlântica; não somos, portanto, neutros no conflito Leste-Oeste. Só que não analisamos todas as questões que no Mundo surgem à luz desta dicotomia. Temos, naturalmente, uma análise diferente da que fazem as superpotências. Para estas, e muito naturalmente, a perspectiva do alinhamento é a preponderante, e é por esse critério que aferem as suas relações com outros Estados.

O nosso ponto de vista é naturalmente diferente, pois trata-se de um alinhamento com outrem, e não connosco, pelo que por outros critérios, se há-de medir o nosso relacionamento com os países que não pertencem ao grupo restritíssimo das superpotências. O sermos aliados dos Estados Unidos ou da Grã-Bretanha, ou da França, ou da Itália ou da RFA no seio

do Pacto do Atlântico, não nos leva a tomar posições idênticas sobre outras questões, como claramente se tem visto no campo da política africana.

Nas relações Leste-Oeste, em sentido restrito, não eram de esperar soluções de continuidade desde que, pelo voto popular, se iniciou, em 3 de Janeiro de 1980, o Governo da Aliança Democrática. E, efectivamente, à condenação inicial, e que se mantém, da invasão do Afeganistão pela União Soviética, sucedeu-se a clara condenação da imposição da Lei Marcial na Polónia, e esta posição não abrandará enquanto tais situações se mantiverem. A história recente de Portugal permite que, com alguma autoridade, o País se insurja contra as violações dos Direitos do Homem, e, nomeadamente no último caso, das libredades sindicais.

Por estas razões, as relações entre Portugal e os países do Pacto de Varsóvia não conhecem neste momento um ponto alto de cooperação política. Sem que haja no entanto qualquer desejo de hostilizar estes países, devendo notar-se que se tem dado incremento à cooperação económica com estas nações, mas que a cooperação cultural sofre as dificuldades de se defrontar com regimes de carácter totalitário em que a acção cultural externa e interna é confessada e voluntariamente inseparável da propaganda politica e ideológica.

A este respeito, é sem dúvida devida uma palavra de explicação à opinião pública quanto a atitudes recentes, da minha responsabilidade, no que se refere

a agentes diplomáticos que exerciam funções em Lisboa.

Está sanado, através da acreditação de novos Embaixadores, o incidente diplomático com Cuba; pelo que me referirei apenas a acções mais recentes:

a) Em 22 de Janeiro o Governo declarou «personae non gratae» dois diplomatas soviéticos;

b) Em 26 de Fevereiro o Governo convidou os Governos da União Soviética, da Polónia e da República Democrática Alemã a reduzir em 30% o número de agentes diplomáticos acreditados em Lisboa;

c) Em 29 de Abril o Governo declarou «personae non gratae» e o Embaixador e o Terceiro-Secretário da Embaixada da Checoslováquia.

Trata-se de assuntos de natureza e fundamentos jurídicos diversos. A acção da alínea *b*) deriva do artigo 11.º da Convenção de Viena, não tem qualquer carácter de medida individual, e não teria sido tomada se o Governo conhecesse tarefas desenvolvidas legitimamente por estas missões diplomáticas que justificassem o seu elevado número de efectivos, incomparavelmente superior aos que Portugal mantém nas capitais dos países em causa. O Governo está, aliás, pronto a rever esta decisão quando lhe forem fornecidas as justificações que referi.

As declarações de «personae non gratae» são de carácter diferente pois são medidas individuais, tomadas ao abrigo do artigo 9.º da Convenção de Viena, e em relação a elas está o Governo perfeitamente certo de que as pessoas em questão ultrapassaram, em muito, o seu estatuto diplomático. É de notar que as expulsões deste tipo se têm registado em muitos outros países, desde o caso célebre de expulsão, pelo Governo britânico, de 105 diplomatas soviéticos em 1971. Acrescento que a mesma medida será adoptada, sem hesitação, em relação a qualquer outro diplomata de qualquer país, pois no que se trata de soberania nacional somos os únicos juízes.

4 — Comunidade Económica Europeia

São do conhecimento público as negociações que têm vindo a decorrer com a Comunidade Económica Europeia e, sendo um caso em que a responsabilidade não é exclusiva deste Ministério, não me alongarei sobre elas, excepto para referir que, no campo da cooperação política que se tem vindo a desenvolver, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal irá dentro de dias participar na reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos «10» marcando assim a primeira intervenção, a nível ministerial, de Portugal fora das negociações para a adesão. Mas a cooperação politica com a Europa dos «10» não trará grandes alterações às linhas mestras da política externa portuguesa, dada a apreciável coincidência já actualmente existente.

A Comunidade Europeia encontra-se em grave crise institucional, que sem ter relação directa com a adesão de Portugal, pode determinar alguma dificuldade acrescida quanto ao calendário da adesão. A este respeito, sempre tenho afirmado que as previsões de datas são temerárias na medida em que não dependem de nós. Mas há a registar — e nisto vai uma homenagem à presidência belga e ao meu colega e amigo ministro Leo Tindemans — que nos últimos meses se tem visto uma aceleração e o melhor espírito nas negociações, que se sabe irá continuar sob a presidência dinamarquesa, e que permite esperar que a formação do consenso nos postos essenciais seja atingida ainda este ano.

O grande desafio não reside nas negociações, mas no pôr à prova a nossa capacidade nacional de enfrentar mudanças estruturais que representam uma rutura com hábitos administrativos e, sobretudo, culturais, que vem de gerações. Mas quanto a isto não cabe a este Ministério senão uma chamada de atenção.

Não temos descurado, neste contexto, a possibilidade de estabelecimento entre a CEE e os demais países de língua portuguesa, bem como as consequências que, para eles, poderão decorrer da adesão portuguesa. Para esse fim mantivemos contactos com a Comissão das Comunidades Europeias; vão realizar-se diligências no Brasil e o tema é sempre abordado nas constantes comunicações que mantemos com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

5 — Relações com os Estados Unidos

Para além de país de acolhimento de centenas de milhares de portugueses, os Estados Unidos da América do Norte têm sido, nomeadamente desde 1974, amigos e aliados seguros, deles provindo a parte mais substancial do auxílio económico externo de que Portugal tem beneficiado. Não se trata, naturalmente, de mera generosidade, pois Portugal, para além do seu papel na Aliança Atlântica, mantém relações bilaterais com os Estados Unidos ao abrigo das quais têm sido concedidas facilidades à Força Aérea dos Estados Unidos nos Açores, cuja importância estratégica é inapreciável. Mas cabe ponderar que, se no quadro das relações Leste-Oeste, e nomeadamente dentro da NATO, a nossa solidariedade é natural, pois beneficiamos da defesa colectiva, e a luta no campo ideológico, e eventualmente militar, é comum, o mesmo não sucede, na sequência do que aliás se apontou, quanto a áreas que estejam fora do artigo 6.º do Tratado de Washington.

Assim, se Portugal é inteiramente solidário com a dupla decisão de 12 de Dezembro de 1979, e apoia plenamente os actuais esforços para a sua implementação, reserva-se o direito de apreciar, caso a caso, a utilização das suas bases militares ou aéreas para outros fins. O sucedido durante a guerra do Yom Kippour em 1973 e as consequências que dela advieram para Portugal fazem com que o Governo tenha presente o risco acrescido de tais utilizações.

Neste campo as ideias são simples: não há no território nacional bases estrangeiras; nas bases nacionais pode ser permitida certa utilização por forças de países amigos e aliados. Tal utilização pode estar consubstanciada num acordo, e, quando o não estiver, será apreciada, caso a caso, pelo Governo português.

Está em vigor com os Estados Unidos um acordo do tipo acima referido relativamente à base das Lages, consubstanciado no acordo por troca de notas de 18 de Junho de 1979. Este acordo caduca em 4 de Fevereiro de 1983, tendo o Governo dos Estados Unidos exprimido já o desejo da sua renegociação com alargamento substancial das faculdades concedidas, e eventual utilização de, ao menos, outra base aérea portuguesa. O Governo português manifestou já a sua abertura quanto a conversações para a eventual renegociação, mas, neste momento, nada permite prever o resultado a que se chegará. É certo porém que o Governo considera desvantajoso o sistema do acordo de 1979, concluído por um Governo de iniciativa presidencial e aprovado pelo Conselho da Revolução, pois nele não há simetria, antes desequilíbrio, entre as facilidades que Portugal concede e as contrapartidas que recebe. Talvez as circunstâncias políticas de 1979 possam explicar o então sucedido, mas o Governo da Aliança Democrática, graças a estabilidade política e autoridade que lhe advém do sufrágio universal, não se prestará a uma mera recondução do acordo. Fica isto aqui dito sobretudo para que não possa ser interpretado o que vier a suceder como menos solidariedade ocidental ou menor amizade com os Estados

Unidos; há sim uma mais profunda análise do interesse nacional.

6 — Relações com a Espanha

A própria situação geográfica gera naturalmente a complexidade das relações luso-espanholas que a História regista e a situação presente confirma.

Estando a poucos dias da reunião em Lisboa do Conselho da Cooperação entre os dois países, sob a presidência dos respectivos ministros dos Negócios Estrangeiros, não haverá que referir senão sumariamente alguns aspectos pontuais.

Quanto à entrada da Espanha na NATO, já se referiu exaustivamente que Portugal prefere uma solução integrada e em que tenha participação à manutenção de relações exclusivamente bilaterais que ligavam a Espanha aos Estados Unidos. Estamos em condições de excluir qualquer solução de reajustamento das áreas de comando NATO que nos seja desfavorável; não permitirmos que o território nacional com seu triângulo estratégico, Continente-Açores-Madeira, fique integrado em comandos diferentes, permaneceremos exclusivamente no SACLANT, e não será diminuída a área de jurisdição do futuro CINCIBERLANT.

A confirmar o primeiro ponto referido, estou em condições de afirmar que embora Portugal seja naturalmente estranho aos acordos hispano-americanos de defesa que estão em vias de celebração, desaparecerá

deles qualquer referência, que sempre foi abusiva, a intervenção de forças estrangeiras no território ou na área marítima portuguesa, mesmo em caso de guerra.

Não cabe ocultar a gravidade do contencioso acerca das pescas, em que o Governo não cederá perante quer ameaças quer tentativas de acções ilícitas. Em última análise não somos nós que desejamos qualquer acordo com a Espanha, nesta matéria, e será sempre admissível a caducidade dos acordos vigentes, ficando cada uma das frotas a pescar nas respectivas águas.

A próxima reunião do Conselho da Cooperação terá ainda que encarar o problema do acordo de estabelecimento há muito proposto à parte espanhola, o funcionamento prático do Acordo sobre a Segurança das Centrais Nucleares de Fronteira, e abordar o preocupante défice da balança comercial.

O Governo não fomenta, porém, nem se deixa envolver em ondas de xenofobia irresponsável e perigosa, procurando antes manter o indispensável diálogo com as autoridades espanholas que, com excepção até agora do caso das pescas, se têm mostrado abertas e colaborantes.

7 — Política cultural externa

A cultura é apenas uma das formas da liberdade. Por isso nos sistemas totalitários aquilo a que se chama acção cultural, quer nas esferas interna quer na

externa, é acção do Estado e indissociável da propaganda ideológica. A verdadeira manifestação cultural surge aí geralmente em reacção contra o poder, e à margem dele.

Ora, até à entrada em vigor do sistema constitucional, em 1976, prevaleciam em Portugal concepções próximas da que referi, e isso explica o relativo apagamento da acção cultural a cargo deste Ministério.

Já porém nos programas dos VII e VIII Governos se lê:

> «No campo da acção cultural externa, entende o Governo que ela se reveste de características diversas da política cultural geral definida noutro lugar deste Programa: enquanto internamente há sobretudo a estimular a acção cultural da sociedade civil, sem tutelas estiolantes, a acção cultural externa é tarefa do Estado e integra-se na política externa em geral, pelo que está a ser preparada a ampliação dos serviços da área cultural externa».

Significa isto que a componente cultural é um elemento importante da acção externa do Estado e que, embora tenha necessidade de apoio técnico noutros organismos oficiais do Estado, se deve integrar numa concepção geral daquela acção externa. A actual dispersão por três Ministérios vai assim suceder-se a centralização da acção cultural externa na Direcção-Geral das Relações Culturais Externas deste Ministério, cuja

criação, no Conselho de Ministros de 3 do corrente, pessoalmente considero o passo mais marcante da minha gerência. Haverá porém que dotar este novo serviço dos meios financeiros e humanos indispensáveis à sua actividade.

No mesmo contexto tenho acompanhado e assumido a direcção, na parte externa, dos trabalhos preparatórios da 17.ª Exposição Europeia de Arte, que durante o ano de 1983 recordará aos estrangeiros o que foi Portugal, e aos portugueses aquilo que pode vir a ser.

8 — Emigração

A integração neste Ministério dos serviços de apoio à emigração não deriva apenas de uma razão funcional — a da necessária intervenção das missões diplomáticas e consulares portuguesas no estrangeiro nesta tarefa — mas também da ideia atrás referida de que a assistência, contacto e protecção aos emigrantes são elemento essencial na política externa do País.

Os problemas que se põem são essencialmente diferentes quanto à Europa e quanto ao resto do Mundo. Na Europa, a braços com uma recessão económica que a ninguém poupa, os problemas essenciais são o de tentar obter melhorias de situação e melhorias de emprego que, naturalmente, dependem dos países de acolhimento. Neste campo, como no ensino da língua portuguesa aos filhos de emigrantes, são justas as reivindicações e a geral insatisfação dos nossos

compatriotas radicados no estrangeiro. Só que tais situações derivam, para além de erros que se estão a procurar corrigir, de duas razões estruturais: o de a última palavra pertencer aos países de acolhimento, junto dos quais as insistências portuguesas vão continuar, e das nossas próprias insuficiências financeiras, que radicam precisamente nas mesmas causas que levaram os nossos compatriotas a buscar fora da pátria os seus meios de subsistência.

Fora da Europa, e com particular referência às comunidades do Canadá, Estados Unidos, Venezuela, Brasil e África do Sul, os problemas são diferentes, pois são comunidades que, por força do seu trabalho e sacrifício, se podem considerar, em geral, como prósperas, pelo que a acção do Estado visa sobretudo ao estreitamento dos laços culturais e do intercâmbio que são a base da solidariedade nacional.

A este respeito, continua a ser claramente incompreensível que aos emigrantes seja atribuído o direito de voto nas eleições para a Assembleia da República, mas que lhes seja negado idêntico direito para a eleição do Presidente da República. Embora o Governo não intervenha na revisão constitucional, faço aqui um apelo aos deputados para que possam ainda tomar sobre esta questão uma posição justa, ou explicar os motivos por que o não fazem.

A observação histórica leva, porém, a pensar que está a chegar ao fim um dos ciclos migratórios a que a pobreza e, por vezes, a injustiça social tem condu-

zido os portugueses. O ciclo da Europa está praticamente terminado, sem embargo de, já com estatuto diferente, os portugueses virem um dia a gozar do direito de livre circulação de pessoas que é um dos fundamentos da Comunidade Económica Europeia.

Saber se os próximos anos verão um novo afluxo migratório para o continente africano, e nomeadamente para Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, dependerá sobretudo da evolução da situação económica portuguesa e das decisões a tomar por esses Estados.

9 — Relações com a China

Tem-se procurado intensificar — e isso vai ter um ponto alto na próxima visita a Portugal do ministro dos Negócios Estrangeiros da China —, as relações que datam de há muitos séculos com o que é hoje a República Popular da China. Para além das relações de vizinhança que derivam da situação de Macau, o Governo está consciente de que as relações entre os dois países se estabelecem directamente entre Pequim e Lisboa, sem esquecer as consequências no âmbito regional da província de Cantão da presença portuguesa em Macau, mas as Portas do Cerco não são as portas da China. Estas estão no Governo da República Popular da China. O Governo português tem procurado intensificar as relações culturais e económicas com a China, onde se deslocaram já várias missões de empresários portugueses dos sectores público e privado, e, no plano multilateral, tem sempre feito

sentir aos seus aliados a preocupação que lhe causa um certo agravamento das relações entre a China e os Estados Unidos da América, que se entende altamente prejudicial para os interesses do Ocidente. Dentro de dias, na cimeira Atlântica de Bonn, terá o primeiro-ministro de Portugal ocasião de referir esse ponto.

10 — Timor-Leste

A tarefa histórica da descolonização não está cumprida. Em relação ao território de Timor-Leste, Portugal não pôde e não soube desempenhar-se, até agora, das suas responsabilidades internacionais. Nos termos do artigo 307.º da Constituição — e cabe assinalar que esta é a única competência substancial do Presidente da República em matéria de política externa — «1 — Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste. 2 — Compete ao Presidente da República, assistido pelo Conselho da Revolução, e ao Governo praticar todos os actos necessários à realização dos objectivos expressos no número anterior.»

No seu próprio âmbito de acção, o Governo desenvolveu acções quer no seio da Organização das Nações Unidas quer através do recurso às mais altas autoridades morais do Universo, quer ainda através de contactos diversos, embora informais, com representantes do Governo indonésio, sem que até agora tivesse conseguido que o direito de autodeterminação,

repetidas vezes reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas ao povo de Timor-Leste, tenha efectividade. O Governo informou desta situação o Presidente da República e soube há dias, com interesse, que o Conselho da Revolução tinha, ao que suponho, concluído o seu exame do assunto. Pelo que aguarda as iniciativas que o Presidente da República irá tomar e às quais o Governo não deixará, se com elas concordar, de prestar o seu auxílio.

11 — Relações com os países lusófonos em África

Embora seja este, sem dúvida, um dos aspectos mais importantes da acção desenvolvida nestes últimos 18 meses, não me alargarei sobre factos que são do conhecimento público. O incremento da cooperação bilateral; as várias viagens, incluindo as do Presidente da República e em breve do primeiro-ministro; as acções de cooperação trilateral são sintomas de se ter chegado com estes países a um apreciável grau de normalização das nossas relações, que representa por ambas as partes ultrapassar o trauma da descolonização.

Na lícita convicção de que África, e dentro dela o espaço político-cultural de expressão oficial portuguesa, envolvem diferentes interesses nacionais e devem constituir domínio importante e complementar da nossa actividade externa, tem-se procurado alargar os relacionamentos que ali mantemos e imprimir-lhes uma nova dinâmica ajustada às presentes expectativas da nação portuguesa. Ao mesmo tempo, face

à persistência de uma extensa área de conflito na sua região sul, entendemos assumir, com sentido de adequada medida mas também de oportunidade, algumas das responsabilidades que nos caberão no sentido de concorrer para o estabelecimento de uma situação de paz naquela área. Com efeito, entendemos que as especiais relações políticas que mantemos com uns e outros dos intervenientes directos ou empenhados numa solução justa, o conhecimento e diversificadas experiências que de África construímos, a própria importância de um problema que também indirectamente nos afecta, nos deveriam levar a manter mais frequentes contactos políticos e trocas de impressões com alguns dos países interessados. E, se existem motivos para crer já termos sido úteis, importará sobretudo assinalar que deste modo, tanto no plano ético, como no domínio pragmático, se procurou defender a posição que de Portugal se espera na comunidade de nações e no tempo em que se insere. Isto não significa que nos interessem aventuras ou presenças militares, mas apenas que aqui — como em outras situações — não cultivamos alheamentos, nem esquecemos responsabilidades.

Não se estranhará também que a desejável projecção portuguesa em África deva naturalmente assentar primeiro raízes num relacionamento sólido com as nações que têm o português como elemento de unidade nacional, e daí alargar-se a outros quadrantes do Continente, explorando neles igualmente as vias de diálogo político, cultural e económico que uma convivência de séculos favorece. Nesta medida,

tem-se sempre cumprido o imperativo nacional de evitar que enleamentos conjunturais possam prejudicar gravemente os interesses mais vastos e permanentes de Portugal como nação: para tanto, procurámos estabelecer com esses países as necessárias bases de relação Estado a Estado num plano de estrita dignidade e consolidar um ambiente de respeito e negociação que impedissem anteriores paralisias e suspensões. Caberá aqui recordar que alguns passos importantes se deram no sentido de uma completa normalização de relacionamentos com Angola e Moçambique, que hoje abre perspectivas novas e positivas à colaboração comum e encontra ilustração clara no ritmo, qualidade e frequência de encontros políticos e técnicos que se vêm realizando e no importante desenvolvimento do intercâmbio económico.

Ainda no mesmo espírito se deve entender a abertura de uma Embaixada em Nairobi (a primeira na costa oriental após Moçambique) e a activação das nossas missões diplomáticas no Zimbabwe e na Zâmbia.

Perante esta realidade, as actividades de cooperação constituem instrumento de valor determinante para a consolidação e expansão destes relacionamentos desde que assentes — como temos procurado fazê-lo — numa rigorosa base de reciprocidade de vantagens, respeito mútuo e competência. As expectativas e pedidos que nos vêm sendo dirigidos, de Bissau a Maputo, e começam já a interessar outras áreas geográficas, compõem prova evidente de que não só es-

tamos no bom caminho, como este só agora verdadeiramente começou. Também ele, aliás, constitui um urgente desafio para o MNE — na programação de acções, inventariação de capacidades, mobilização de recursos —, até porque se trata de um sector da estratégia externa do Estado cuja definição e execução deverá depender desta Casa, sob pena de se afectar seriamente uma visão política unitária e coordenada de tão importante e melindrosa área de actividade.

Preconizamos a independência da Namíbia, nos termos da Resolução 435 do Conselho de Segurança e temos tomado, a este respeito, as posições, e desenvolvido as acções que julgamos úteis, ou sejam sugeridas, quer pelos países da Linha da Frente, nomeadamente e sobretudo Angola, quer pelos países do «Grupo de Contacto». Estão em curso novas iniciativas, das quais é permitido esperar um começo de solução para o problema, como a inerente melhoria da situação na Sul de Angola.

Ainda em relação à África, e mais especialmente a Moçambique, a política de aproximação entre os comandos militares dos dois países não é da iniciativa deste Ministério, embora contenha aspectos inegavelmente positivos. Mas deve ficar claro que Portugal se não lançará nem em qualquer aventura militar em África, nem em qualquer acção de interferência nas questões internas de países soberanos.

12 — Relações com os países árabes

Entre as prioridades de política externa estabelecidas pelo Governo insere-se também a intensificação

das relações com os países árabes. Nesse sentido se tem procurado dar às relações históricas e culturais que nos ligam àqueles países expressão ajustada às realidades políticas e económicas do mundo de hoje.

Situados numa área geográfica e estrategicamente próxima do Mundo Árabe, não podemos deixar de seguir com apreensão o evoluir das tensões e convulsões que ali se verificam e que podem afectar a nossa própria segurança. Partilhamos assim com esses países o interesse comum num clima de estabilidade e progresso que permita o desenvolvimento de relações harmónicas com a Europa. Por isso temos preconizado a procura de soluções pacíficas para resolver os principais problemas que os afligem, e temos designadamente defendido uma solução para a questão do Médio Oriente baseada no respeito do direito à existência e à paz e segurança de todos os Estados da região, incluindo Israel, na retirada de Israel dos territórios ocupados em 1967 e no reconhecimento do direito à autodeterminação do Povo Palestino.

Por outro lado, a nossa dependência daquela região em matéria de abastecimento de energia e a capacidade que temos de para ali exportar bens e serviços adequados ao grau do seu estádio de desenvolvimento, cria uma complementaridade de interesses económicos e comerciais que nos cumpre aproveitar devidamente, procurando um maior equilíbrio nas trocas com aqueles países.

Por tudo isto se fez, na vigência dos VII e VIII Governos, um esforço político e diplomático conside-

rável para uma aproximação aos países árabes. Recordarei a visita do sr. primeiro-ministro ao Golfo, a minha ida ao Egipto, a viagem que a *Sagres* efectuou a esses países, forma particularmente feliz de assinalarmos o nosso desejo de ali voltarmos a marcar uma presença, e com a qual se fizeram coincidir visitas de membros do Governo, as visitas a Lisboa de membros dos Governos do Iraque, da Argélia, do Omã, dos Emiratos, etc.

Será agora necessário prosseguir o impulso que os contactos políticos que enunciei deram às nossas relações com os Estados árabes e a que a integração de Portugal nas Comunidades Europeias, que reforçará o quadro institucional dessas relações, poderá conferir um carácter mais amplo e dinâmico.

13 — Elogio da carreira

As acções atrás referidas e muitas outras que se torna impossível enumerar só foram possíveis pela estreita colaboração que me foi prestada, a todos os níveis, pelos serviços dependentes deste Ministério no território nacional e no estrangeiro.

A profissão de diplomata transformou-se, de agente distante de um poder com o qual se contactava pelo correio e do qual se recebiam instruções escritas à mão, para uma actividade multifacetada que combina a acção politica com a cultural e em muitos casos se aproxima da actividade empresarial. Muitas vezes em postos difíceis, inóspitos, em circunstâncias pessoais

e familiares de sacrifício, com más condições materiais e o sentimento, por vezes não completamente injustificado, de estarem esquecidos, os diplomatas portugueses souberam encontrar no patriotismo e na honra profissional a capacidade para bem representar o País, pelo que lhe é devida esta especial homenagem.

Tanto quanto a memória recente alcança, sou o único ministro dos Negócios Estrangeiros, cuja gerência tenha sido um pouco mais que efémera, que não propôs a nomeação de qualquer embaixador estranho aos quadros da carreira diplomática. Não que negue a possibilidade de personalidades de excepcionais méritos e comprovada experiência poderem desempenhar com êxito estas funções, e a história deste Ministério regista vários destes casos. Só que mal se compreende que tal designação, que obviamente prejudica os funcionários que para tal expressamente se prepararam através de uma vida, recaia, por favor político e pessoal ou necessidade de afastar figuras incómodas, em indivíduos que podem ser muito respeitáveis mas não dão nem deram na sua acção qualquer sinal de superioridade profissional sobre os funcionários de carreira.

É certo que, quando num passado recente esse tipo de nomeações atingiu um número sem precedentes, e que nunca fora sequer aproximado pelo regime anterior, não houve na carreira, ao que eu saiba, qualquer reacção. Certo é que nessa altura não existia a Associação dos Diplomatas, a quem cabe a defesa dos interesses da carreira que até agora tiveram que ser assumidos por mim.

14 — Conclusões

A política externa portuguesa, nos vários aspectos em que se desdobra, tem áreas em que a sua acção é especialmente condicionada pelas circunstâncias (NATO, CEE, etc.) e aspectos em que pode contar abrir novos caminhos com imaginação e criatividade. Esses são, a meu ver, sobretudo a política cultural externa e as relações com os países da língua comum.

É este o principal esforço que se tem feito nestes 18 meses; não se tem, porém, conseguido evitar inteiramente a dispersão e continua a dar-se ausência de coordenação com outros departamentos do Estado que por vezes tomam iniciativas sem concordância, e por vezes sem conhecimento deste Ministério, prejudicando a unidade de política externa portuguesa. O primeiro-ministro tem mais do que uma vez feito sentir os inconvenientes desta dispersão mas a tarefa de coordenação que lhe cabe está longe de estar satisfatoriamente realizada, pelo que se espera que se intensifique a sua acção.

Penso ser apócrifa a anedota que se atribui a Henry Kissinger, quando, ao deixar o cargo, se despedia dos funcionários do Departamento de Estado, proferiu um discurso que se resumia a estas três palavras: «I forgive you». No meu caso, ao cumprir-se a natureza transitória destas funções, serei, pelo contrário, eu que com os agradecimentos pela colaboração prestada, terei de pedir aos funcionários que me perdoem os erros cometidos, as injustiças que terão sido involuntárias e as inevitáveis omissões.